

UNIVERSIDADE DO VALE DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

LIZIANE JANAÍNA QUADROS

**A ANÁLISE DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL E AÇÕES CONTRA O
RACISMO E INJUSTIÇA AMBIENTAL**

São Leopoldo

2021

LIZIANE JANAÍNA QUADROS

**A ANÁLISE DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL E AÇÕES CONTRA O
RACISMO E INJUSTIÇA AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, pelo Curso de Administração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Vanessa de Souza Batisti.

São Leopoldo

2021

AGRADECIMENTO

Aos meus pais Claudio Quadros e Luiza Quadros, pelos cafés e lanches preparados nas madrugadas, por me lembrarem de tomar água e por serem grandes incentivadores.

Ao meu irmão e amigo Jeferson Quadros que, em momentos difíceis, foi um grande apoiador.

Ao meu amigo William Rodrigues, que sempre esteve ao meu lado, quando tudo isso era mato.

Ao Viny Halacher, por estar em uma madrugada acordado quando o chamei e me falar sobre Vanessa Batisti.

Agradeço a minha orientadora, Professora Dra. Vanessa de Souza Batisti, não somente pela atenção, dedicação, paciência, mas também pela amabilidade e generosidade que ela demonstrou.

Agradeço aos entrevistados e à Ambiafro pelo tempo disponibilizado.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar as práticas e as ações do empreendedorismo social da Ambiafro, se promovem ou não o combate ao racismo ambiental e estrutural, bem como compreender a naturalização das desigualdades por meio desses mesmos racismos no Brasil. O método de pesquisa utilizado envolveu pesquisa bibliográfica, entrevista semiestruturada em profundidade e análises de documentos. Nessa perspectiva, foi realizada uma reconstrução histórica, bem como toda a análise sistemática do racismo estrutural e ambiental. Foi analisado, com base nas leis que enfrentam as desigualdades, como e quais ações do empreendimento social Ambiafro poderiam aliviar ou resolver o problema que ocorre contra a população negra. Diante da análise do problema, é evidente que os empreendimentos sociais se veem como promotores do antirracismo, colocando a questão no centro do debate e planejando ações e práticas de combate ao racismo.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Racismo estrutural. Racismo ambiental. População negra.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the practices and actions of Ambiafro's social entrepreneurship, whether or not to combat environmental and structural racism, and to understand the naturalization of inequalities through these same racisms in Brazil. The research methods used are bibliographical, in-depth semi-structured interviews and document analysis. From this perspective, a historical reconstruction and a systematic analysis of structural and environmental racism were carried out. Likewise, it was analyzed, based on the referred laws aimed at facing inequalities, how and which actions of the Ambiafro social enterprise could alleviate or solve the problem that occurs against the black population. Upon analyzing the problem, it is evident that these social enterprises see themselves as promoters of anti-racism, placing the issue at the center of the debate and then planning actions and practices to combat racism.

Keywords: Social entrepreneurships. Structural racism. Environmental racism. Black population.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Apresentação dos entrevistados	41
Quadro 2 – Apresentação dos documentos utilizados para análise	41
Quadro 3 – Perfil dos entrevistados	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma das funções da Ambiafro.....	48
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	18
2.1 RACISMO E (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL.....	18
2.1.1 Civilização e Sociedade sustentável	22
2.1.2 Racismo estrutural, Justiça Socioambiental e a Desigualdade social	24
2.1.3 Empreendedorismo e Empreendedorismo social	28
2.1.4 Empreendedorismo Social, racismo e justiça socioambiental	31
2.2 EMPREENDEDORISMO: QUESTÕES CONCEITUAIS E TIPOLOGIAS EMPREENDEDORAS	33
2.2.1 Raça e empreendedorismo social	36
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	39
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	39
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E SUJEITOS DA PESQUISA	40
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	40
3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	41
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DE PESQUISA	43
4.1 APRESENTAÇÃO DA AMBIAFRO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	43
4.2 O IMPACTO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL DA AMBIAFRO.....	45
4.3 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E PRÁTICAS EXECUTADAS PELO EMPREENDEDORISMO SOCIAL AMBIAFRO	47
4.4 A RELAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO COM RACISMO ESTRUTURAL E IMPACTO SOCIOAMBIENTAL	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO	69

1 INTRODUÇÃO

As contínuas mudanças na economia mundial – como as tecnológicas, o crescimento da produtividade e a globalização – podem ter alterado o comportamento humano na sociedade moderna, direcionando-se para uma realidade economicamente lucrativa, com benefícios para as pessoas e proteção do planeta (CASSIOLATO; LASTRES e SOARES, 2013). Nesse sentido, Castells (1999) afirma que a capacidade ou a incompetência da sociedade para dominar a tecnologia ou conectar-se às mudanças sociais, ao uso e à determinação no seu potencial tecnológico a remodela em um ritmo mais rápido, traçando a história e o destino social dessas sociedades; o que significa que tais mudanças não acontecerão igual e total para toda a sociedade, em todos os locais simultaneamente e instantaneamente.

Dentro desta perspectiva, os empreendimentos passaram por transformações positivas e, também, geraram algumas externalidades negativas. Por exemplo, no decorrer dessas mudanças, houve a expulsão das populações originárias de seus territórios, destruindo suas culturas e degradando o ambiente. Estes episódios, por sua vez, acabaram promovendo a injustiça ambiental, o racismo ambiental e o estrutural. Ambientes precarizados, como favelas brasileiras (guetos, comunidades) são exemplos que reproduzem a hostilidade da injustiça e do preconceito. As pessoas que vivem nessas favelas são vítimas desse racismo e, em grande medida, são negras e pardas e são consideradas como ameaças para sociedade. Com isso, tais indivíduos sofrem com uma perseguição que ultrapassa a cor (PACHECO, 2008). A partir do apontamento do autor e, diante do contexto atual, tratar de justiça ambiental e racismo ambiental é algo relevante e necessário.

Para contextualizar o tema da justiça ambiental, o caso Love Canal é um exemplo. Em 1978, um grupo de operários (predominantemente brancos) descobriram que viviam sobre um rio que havia sido utilizado como local de despejo de resíduos tóxicos. Duas décadas antes o canal fora coberto, e as moradias dos trabalhadores foram construídas sobre ele. Em tal caso, observa-se a ausência de questões raciais, remetendo ao conceito de justiça ambiental, tendo uma relação maior com a perspectiva de classe. Com essa perspectiva, esses cidadãos que sofrem injustiças ambientais pertencem a uma mesma minoria econômica. Apesar de a justiça ambiental ter iniciado nos EUA e ter o foco nas minorias, hoje se torna cada vez mais amplo (ALIER, 2004).

O conceito de justiça ambiental representa a necessidade de trabalhar a questão do ambiente não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça, para, dessa forma, haver uma efetiva e completa distribuição igualitária das referidas externalidades, que não são democraticamente repartidas e sentidas de forma não individualizada (ACSELRAD, 2004). Racismo ambiental, por sua vez, origina-se da revolta de moradores negros da comunidade de Warren County que se declararam contra a instalação de um depósito de rejeitos tóxicos. Desde então, aos casos em que se verificam tratamentos injustos quanto às questões ambientais, usa-se o termo racismo ambiental que foi caracterizado em 1982 pelo líder afro-americano de direitos civis Dr. Benjamin Franklin Chavis (1993). Além disso, o termo racismo ambiental refere-se a qualquer política, prática ou instrução que, direta ou involuntária, afeta, prejudica pessoas, grupos ou comunidades devido à raça (BULLARD, 2005).

Em casos em que uma comunidade quilombola seja deportada, repentinamente evacuada da comunidade e, assim, o país não reconhecer, delimitar e compartilhar a terra, trata-se de uma espécie de racismo ambiental, pois valoriza os interesses do capital. O aproveitamento mineral ou a construção de projetos de desenvolvimento de larga escala, como a construção de hidrelétricas, portos, estradas e ferrovias e, até mesmo, o estabelecimento de bases espaciais, causando efeitos sociais e ecológicos e conflitos com o Estado são alguns dos casos possíveis. Souza (2015) mostrou que o padrão de discriminação territorial afeta o gozo de direitos da diáspora africana como um todo, e esta deve ser considerada como uma unidade de análise para a compreensão da crise ambiental enfrentada pela comunidade afro-americana. Enfatiza-se a justiça ambiental.

Percebe-se que o racismo, presente nas relações sociais do Brasil desde o processo escravista, estruturou-se como um sistema repressivo que nega direitos à população negra (ALMEIDA, 2017). No entanto falar de racismo estrutural não significa limitar-se às manifestações de violência direta, mas ao racismo que está presente no funcionamento das instituições, nos diferentes tratamentos dos negros, na diferença salarial entre negros e brancos, nos diferentes acessos à educação, entre outros. O racismo estrutural está, portanto, em um contexto social e representa um padrão de normalidade, dessa forma, a desigualdade racial se constitui como “normal” na estrutura social (ALMEIDA, 2018).

Diante das mudanças da economia global, da necessidade de se pensar possibilidades de uma sociedade sustentável, de combater o racismo ambiental e estrutural, percebe-se a necessidade de a população empreender com sentido e com propósito. Muitos empreendimentos surgiram atualmente e criaram uma visão diferente dentro das organizações, ou seja, não mais como uma empresa tão somente voltada à maximização de lucros, à qualidade dos produtos, aos custos, mas também com questões mais humanas, com a ética, com os aspectos socioculturais, dando atenção, também, aos direitos humanos (ORSIOLLI, NOBRE, 2015).

Há séculos, os empreendedores contribuem com mudanças importantes para a humanidade. O empreendedor nem sempre cria um produto ou possui uma empresa. Esse termo é muito utilizado para definir pessoas que identificam problemas, oportunidades e encontram soluções inovadoras. “O termo empreendedorismo aponta para a execução de planos ou impulsos para a realização de um negócio ou para a introdução de uma inovação de gestão numa organização já estruturada” (CAMARGO; FARAH, 2010, p. 22).

A partir de resgate histórico, tem-se que a primeira definição de empreendedorismo é creditada a Marco Polo, um empreendedor que assumia os riscos de forma ativa, física e emocional (DORNELAS, 2001). Dessa forma, o empreendedorismo surge a partir da solução de um problema, da visualização de uma ideia. Essa visualização demanda imaginação e criatividade por parte dos empreendedores, porque significa não se conformar com a realidade como ela é, mas buscar modificá-la (ROCHA e FREITAS, 2016; FILION, 2000).

Diante o momento de crise sanitária, ambiental e econômica, o empreendedorismo de impacto parece ser ainda mais importante. Com a vida cada vez mais competitiva no meio social e financeiro, grande parte da sociedade está sendo afetada. Destaca-se que são pessoas que vivem em comunidades que não possuem fácil acesso à educação, à saúde, a emprego, a esportes e enfrentam, até mesmo, a fome. Villaça (2011) constata a relação diretamente proporcional entre o acúmulo de renda e discriminação socioespacial, ou seja, quanto mais desigual a sociedade, maior será a concentração das classes mais altas em determinadas localidades territoriais.

Para Dias, Cremonezzi e Cavalari (2013), os negócios sociais são como corporações que atuam com a lógica de mercado, porém a sua missão é agregar valor e transformação social. Portanto, objetivam propiciar impactos sociais agregando

valor à sociedade, tendo retorno financeiro para manutenção e sustentabilidade. Hisrich, Peters e Shepherd (2014) distinguem o empreendedorismo social como algo básico que pode ser útil para todos, em que a sociedade vem se mostrando motivada a colocar em prática este conceito, buscando melhorias nos aspectos social, econômico e ambiental.

“O Empreendedorismo Social surge como um conceito ainda em desenvolvimento, mas com características e estratégias próprias, apresentando diferenças de uma gestão social tradicional” (VERGA e SILVA, 2014, p. 57). O empreendedor social é relevante para a emergência do negócio social, identificando oportunidades e soluções para os problemas sociais, ainda mais que essa atuação pode acelerar o processo de mudanças, além de inspirar outras pessoas a se engajarem em uma causa comum.

O empreendedorismo social busca contribuir para a resolução de problemas sociais, ambientais, econômicos, culturais, dentre outros. Alguns economistas e especialistas apontam que compreender, estimular e desenvolver o empreendedorismo é de grande importância, pois é a saída para a crise ambiental e econômica a qual o país e o mundo passam (DORNELAS, 2012). O empreendedorismo social está em diferentes regiões e países, bem como no Brasil que, por sua vez, apresenta uma série de iniciativas de empreendedorismo social. Dentre elas, está a Ambiafro, foco do presente estudo.

Com base no exposto acima, considerando que o empreendedorismo cresce a cada dia, também devido às mudanças no ambiente global, a presente pesquisa tem como foco as práticas e ações do possível empreendedorismo social da Ambiafro, no sentido de elas serem promotoras ou não do combate do racismo ambiental e estrutural.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O Estado, a sociedade e o mercado têm contribuído para que as pessoas tenham acesso a serviços e a bens para o seu desenvolvimento ao longo dos anos. Mas isso ocorre com externalidades de resultados positivos e outros negativos. Este desenvolvimento não está sendo capaz de incluir todos de forma efetiva e, também, há questionamentos a respeito de sua sustentabilidade. Dentro disso, o empreendedorismo social e o desenvolvimento com justiça racial, racismo ambiental

e estrutural. Algumas entidades atuam dentro desta perspectiva, como é o caso da Ambiafro.

Para Dornelas (2002), o empresário é um ser social. Dessa forma, ele pode relacionar-se com o empreendedorismo e o empreendedorismo social. O empreendedor social aponta tendências e traça soluções inovadoras para problemas socioambientais, com o objetivo de dar resposta a um problema que ainda não foi repensado pela sociedade ou sob uma ótica diferente (ASHOKA, 2012). Em meio ao acirrado mercado econômico, a Ambiafro vem com a intenção do comprometimento com o crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população afro brasileira a qual está inserida de forma consciente e sustentável.

Para Baquit (2008), os empreendedores sociais trazem os problemas sociais do mesmo ponto imaginário que os empreendedores comerciais trazem, criando riquezas. E a solução ou ideia são desenvolvidas e devem ser inovadoras, autossustentáveis, envolvendo pessoas da comunidade atendida e causando impacto social. A Ambiafro, nesse contexto, enquanto um empreendimento de cunho social, localizada na cidade do Rio de Janeiro, atua em torno de problemáticas relacionadas ao racismo ambiental local, fazendo acompanhamentos de ações lesivas às comunidades, denúncias e tentando construir alternativas de combate a injustiça e opressão.

Quando os brancos se voltam para o racismo, eles tendem a ver isso como um problema. Além disso, os brancos podem ver o trabalho antirracista como um projeto esporádico, externo, opcional, pouco vinculado à sua própria vida, e não como um sistema que modela suas experiências diárias e seu senso de identidade (BENTO, 2003, p. 71),

A organização foca em um tipo muito específico de desigualdade e de injustiça ambiental: o racismo ambiental, que acomete grupos de populações tradicionais como ribeirinhos, pescadores, pantaneiros, caiçaras, quilombolas, entre outros que têm enfrentado os grandes empreendimentos desenvolvimentistas - barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, hidrovias e estradas – que expulsam de seus territórios e desorganizam as suas culturas. Segundo Pacheco (2006), por mais que a raça negra esteja presente na maioria de nós, biológica e culturalmente, o racismo se configura, aqui, de formas diferentes e, muitas vezes, inconsciente. O racismo deve ser combatido em todas as suas expressões.

Entender o problema étnico-racial, a partir das injustiças ambientais, não significa necessariamente entendê-lo como uma questão binária, pois existem muitas variações e tensões neste debate conceitual. Por sua vez, nossos sistemas de classificação racial, como a nossa própria pluralidade, contextos e culturas, não nos permitem afirmar, de forma simplista, que se vive num país de preto e branco.

Por racismo ambiental entende-se a distribuição desigual de recursos socioambientais, naturais e um grupo que carece de poder e representação (ACSELRAD e BEZERRA, 2009). É o racismo estrutural se materializando em um elemento arraigado de uma determinada ordem social, ou seja, se reproduzindo cotidianamente nas relações sociais e/ou nos espaços institucionais por meio da violência explícita ou encoberta (ALMEIDA, 2018). E a injustiça ambiental com cidadãos pobres e grupos étnicos socialmente discriminados e vulneráveis (BULLARD, 2000).

Dentro deste contexto, é importante e relevante estudar a Ambiafro, as suas práticas, entendendo a sua efetividade no combate racismo ambiental, estrutural, na promoção da justiça socioambiental e no fomento do empreendedorismo social e de impacto. Por fim, o empreendedorismo poderá servir como uma ferramenta social de diálogo, mudança e de impacto positivo na sociedade. Por isso, propõe-se a questão-problema: como as ações de empreendedorismo social adotadas pela Ambiafro podem contribuir no combate ao racismo ambiental e estrutural?

1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

A seguir, serão apresentados os objetivos gerais e específicos norteadores deste trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar como as práticas e ações do empreendedorismo social da Ambiafro promovem ou não o combate ao racismo ambiental e estrutural.

1.2.2 Objetivos específicos

Com base no objetivo geral deste trabalho, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar quais são as práticas do empreendedorismo social realizada pela Ambiafro;
- b) Caracterizar o público impactado pelas práticas e ações do empreendedorismo social da Ambiafro;
- c) Compreender em que medida o impacto social gerado pela Ambiafro favorece ao combate do racismo estrutural das pessoas inseridas no negócio.

1.3 JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, os negócios sociais e de impacto social têm provocado o interesse de pesquisadores e de profissionais em diferentes ambientes – acadêmico ou, até mesmo, corporativo. Nesse cenário, há os que têm se dedicado a entender o conceito, por intermédio de teorias da Administração, Economia, Sociologia, entre outras, assim como aqueles que têm se dedicado a observar o fenômeno baseando-se na experiência, ou seja, a partir de questionamentos e compreensões sobre as práticas (IIZUKA e SOUSA, 2014)¹.

O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; se por um lado, tem tanta riqueza no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam a cada dia. Em função dessa constatação, surge a ideia do empreendimento social que, por sua vez, busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e, ainda, com o fim da pobreza no mundo. Isso permite que os temas como racismo ambiental, estrutural e justiça ambiental se tornem objeto de estudo para as organizações e, conseqüentemente, para a sociedade. Nesse sentido, esta monografia pode contribuir de modo a analisar o modelo de empreendedorismo que tem como um de seus objetivos promover o impacto social positivo.

¹ Os dados utilizados sobre a Ambiafro são reais e foram retirados do Estatuto, cuja identidade ficou, a pedido, preservada.

Considerando os conflitos e as injustiças ambientais, bem como os impactos diferenciados sobre as populações carentes, principalmente por suas características étnicas e raciais, propõe-se por debater questões socioambientais, também o racismo – seja denominado de ideologia e prática social na hierarquização dos sujeitos e grupos sociais por meio de sua diferença de raça, o que resulta na discriminação e são consideradas inferiores.

Percebe-se como importante aprender e aprofundar-se nesses aspectos do empreendedorismo, pois, hoje, é um desafio construir um empreendimento sustentável que agregue valor à sociedade sem prejudicar as gerações futuras. Nesse sentido, Parente (2011) nos traz que o empreendedorismo social é um campo emergente de análise e intervenção em termos políticos e científicos, como um fenômeno a expandir-se rapidamente e a atrair cada vez mais atenção de diversos setores da sociedade. Nesse sentido, destaca-se que o objeto de pesquisa a ser estudado será de uma organização que promove a justiça ambiental e o combate ao racismo ambiental e estrutural, assuntos que, por sua vez, dialogam com o tema empreendedorismo social, menos explorado que o empreendedorismo puramente comercial no campo acadêmico e mercadológico.

Quando se adota uma visão no âmbito da ciência, voltada para a justiça ambiental, busca-se a ética na defesa de populações discriminadas em seus territórios e reconhece-se a importância de evidências científicas (WING, 2005). No que se refere ao empreendedorismo, boa parte das pessoas acredita que esses empreendimentos farão sujeitos ganharem dinheiro e obterem lucros. Este trabalho monográfico, portanto, identificará uma outra abordagem para o empreendedorismo, isto é, o empreendedorismo social, a partir do qual essas iniciativas de novos negócios não trazem apenas benefícios para as pessoas, mas também para organização a ser pesquisada, a Ambiafro.

A Ambiafro, enquanto uma organização social, originou-se da necessidade de os empreendedores observarem lacunas sociais existentes, tais como: pobreza, desigualdade, exclusão social, injustiça ambiental, recursos naturais, racismo ambiental, racismo estrutural, termos esses derivados da velocidade, da globalização, do capitalismo e do progresso tecnológico. Por isso, é relevante estudar tais temas, pois, ainda no século XXI, as conexões entre as minorias só eram significativas do ponto de vista político, mas estão ganhando uma base teórica cada vez mais importante para a compreensão de toda a lógica comum que lhes pertence.

Por isso, o trabalho justifica-se devido à importância do empreendedorismo social, da justiça ambiental, do combate ao racismo ambiental e estrutural, temáticas relevantes para o desenvolvimento local para a população de baixa renda, a fim de solucionar ou de amenizar problemas sociais por meio de medidas inovadoras; mobilizando recursos ou utilizando-se de recursos próprios, reservando o retorno financeiro desses investimentos, o fazendo um empreendimento auto sustentável.

A pesquisadora acredita ser importante buscar a compreensão desses conceitos e de como é possível promover o impacto social, que é o eixo central do empreendimento social. Contudo, a opção da pesquisadora pelo objeto de estudo parte do interesse sobre empreendedorismo e da curiosidade em saber sobre seus resultados sociais na prática. Nesse sentido, a Ambiafro torna-se objeto de análise, pois possui ações no empreendedorismo social para melhorar a qualidade e o padrão de vida das pessoas negras das comunidades em que atua.

Tomando como base esses aspectos, este trabalho foi construído para aprofundar os estudos em alguns pontos como racismo ambiental, estrutural, justiça socioambiental, com intuito de evidenciar as boas práticas, as ações utilizadas e as possíveis situações a serem melhoradas no empreendimento a ser estudado.

Considera-se que para a pesquisadora será também de grande importância, por ocupar o cargo de diretora financeira da Ambiafro. Dessa maneira, ressalta a importância deste estudo, sobretudo em um mundo de uma economia globalizada caracterizada por inseguranças, instabilidades e mudanças aceleradas. Ressalta-se também a impotência dos Estados para combater o aumento desenfreado da pobreza e da desigualdade social, assim, o papel das organizações de cunho social ganhou relevância.

Por fim, compreender tais assuntos no campo da Administração é relevante, pois refletirá a respeito das etapas do avanço do empreendedorismo social que tem sido bastante evidente nos últimos anos. Tomando como base esses aspectos, esta pesquisa monográfica será construída para aprofundar os estudos em alguns pontos, como racismo ambiental e justiça socioambiental, sem a pretensão de esgotá-los.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O capítulo a seguir tem como finalidade elucidar o empreendedorismo social e os atores que o compõem, de forma que apresentará como o racismo estrutural e ambiental são importantes para o desenvolvimento dos empreendimentos. O empreendimento social, muitas vezes, torna-se uma saída para o evoluir social e econômico das minorias da sociedade brasileira.

2.1 RACISMO E (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

O termo "raça" recebeu diferentes significados em diferentes contextos históricos. Suas origens remontam à Idade Média, quando era usado como sinônimo de casta e de plantas e animais. Na Idade Média, era usado para se referir a linhagens nobres na Itália e na França (BETHENCOURT, 2018). Durante a disputa entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica, o termo adquiriu uma conotação diferente por ser associado à ideia de sangue impuro, particularmente em relação a judeus e a muçulmanos em expansão para o estrangeiro. O termo foi utilizado para referir-se a africanos e americanos nativos (BETHENCOURT, 2018).

Na Europa, o termo raça foi usado no século XVIII para indicar as variedades da raça humana e, no século XIX, com as teorias da raça e do racismo científico, tornou-se um critério para catalogar a suposta espécie humana. No início do século XX, com a ascensão do nacionalismo, foi equiparada à ideia de nação (BETHENCOURT, 2018). Apesar dos diferentes significados assumidos em cada contexto histórico, é possível identificar uma constante no conceito de raça.

Esta constante ideia de que a humanidade pode ser dividida em diferentes grupos que mantêm uma relação superior/inferior entre si, cada um dos quais se diferencia por características inatas compartilhadas por seus membros (FIELDS; FIELDS, 2014). Uma concepção que afeta essencialmente as relações de poder e a necessidade de controle (MORRISON, 2017), que é constantemente utilizada para justificar práticas de dominação um grupo sobre o outro (MONTAGU, 1974).

Um exemplo da definição de discriminação racial está no Artigo 1 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial:

Artigo 1º §1. Para fins da presente Convenção, a expressão "discriminação racial" significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

As diferenças raciais representam um dos grandes dilemas que, sem dúvida, perpassam os períodos da evolução humana, sejam elas físicas, culturais ou étnicas, estigmatizam, rotulam, exaltam ou humilham as pessoas. Há uma ideia de superioridade quando, por meio de práticas raciais, se pretende tornar o outro menor em razão de sua classe, cor de pele, nacionalidade ou etnia.

Suponha-se que aceitar ser um povo racista não seja, entretanto, algo fácil em nossa cultura. Conforme Felipe González Morales e Jorge Contesse Singh (OEA, 2004), ao contrário com os Estados Unidos, no Brasil prevalece-se na omissão que o leva a uma falsa ideia da inexistência de racismo.

Negar a existência de uma raça biológica não pode significar desconsiderar as diferenças inerentes aos indivíduos e aos grupos sociais que levam à construção errada ou deliberada de teorias racistas. Além do determinismo biológico, que se justifica pela inferioridade de brasileiros 'não brancos' (PACHECO, 2007) ou sua inclusão subordinada à democracia racial (SEYFERTH, 2003), a 'raça social', mediada por características físicas e práticas culturais está presente no rosto dos brasileiros. O antropólogo Munanga reconhece o caráter etno-semântico, político-ideológico e biológico da noção de 'raça social', afirmando que:

se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou 'raças sociais' que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2003, p. 2).

Nesse contexto, racismo ambiental é um conceito derivado do movimento pela justiça ambiental. É produzido por conflitos internos contra externalidades ambientais negativas. Por um lado, é o crescimento econômico e, por outro, a injustiça socioecológica que ameaçam o meio ambiente, a cultura, os recursos de uma comunidade, povo ou país devido a diferenças raciais e econômicas. O racismo ambiental teve origem nos Estados Unidos, onde esses conflitos são mais graves,

originado das queixas de afro-americanos que descobriram que os fatores ambientais estão intimamente relacionados à cor da pele e à raça, o que torna os negros mais vulneráveis a esses ataques (ACSERALD, 2004).

Souza (2015) elaborou sobre as semelhanças entre os conceitos de racismo ambiental e racismo institucional, indicando que o padrão de discriminação territorial afeta o gozo de direitos pelas diásporas africanas e deve ser considerado como uma unidade de análise para a compreensão das crises ambientais na Comunidade afro-americana que é o problema que se enfrenta. Com base no conceito de justiça ambiental, apresenta-se Acserald (2010):

a noção de "justiça ambiental" exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. Esse processo de ressignificação está associado a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis (ACSERALD, 2010, p. 108).

É possível ser verificado que o crime de desastre ambiental em larga escala está se tornando um crime contínuo. Além das pesquisas de impacto ambiental e procedimentos suspeitos de licenciamento ambiental, a construção ou instalações não levam em consideração a população local e não há um processo adequado de negociação.

O autor Alier (2007) explica sobre conflitos de distribuição ecológica, o racismo ambiental e o movimento por justiça ambiental.

Ecologia pobre ou ecologia popular, ecologia de sobrevivência e subsistência ou ecologia de libertação são os mesmos nomes para fenômenos ambientais que, em contraste com o "culto da natureza", são caracterizados por interesses materiais nos recursos e serviços ambientais do ambiente natural para a existência humana (ALIER, 2007, p. 356).

Ainda, o autor diz que:

[...] o ecologismo dos pobres, ecologismo popular, a ecologia da sobrevivência e do sustento, a ecologia da libertação e o movimento pela justiça ambiental (local e global), surgem dos protestos contra a apropriação estatal ou privada dos recursos naturais comunitários (ALIER, 2007, p. 356).

Há uma chance desses processos de luta dos povos tradicionais pela própria sobrevivência, finalmente, mostrarem caminhos alternativos ao modelo hegemônico que os oprime.

No entanto, ao falar do racismo no Brasil como elemento estruturante das relações, deve-se levar em consideração todo o processo histórico de negação de direitos que a população negra, antes escravizada, foi constantemente submetida.

O enfrentamento do racismo estrutural vai além das manifestações do racismo individual, uma vez que se refere à reprodução habitual, por meio de várias formas de acesso e de oferta de serviços ou desvantagens pela população negra que, finalmente, naturalizaram expressões de discriminação racial (IPEA, 2008, p. 7). Assim, justiça e o combate ao racismo, seja ele ambiental ou estrutural, são fundamentais a fim de identificar a causa raiz da maioria dos problemas que as comunidades negras brasileiras sofrem. Destaca-se, ainda, que o racismo é uma prática condenada pela legislação brasileira.

A questão inerente à justiça ambiental é importante, pois indica a necessidade de trabalhar o meio ambiente não só em termos de conservação, mas também de distribuição e de equidade. Dessa forma, as lutas sociais da população negra no que se refere aos direitos humanos – a qualidade de vida coletiva e a sustentabilidade ecológica – ou seja, a justiça socioambiental, integram as dimensões ecológica, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento são fundamentais, o que é, muitas vezes, dissociada no discurso e na prática.

Em uma sociedade em que os traços de exploração da escravidão se combinam com a vida material da população negra – manifestadas com a reconfiguração do racismo que se apresenta por meio das apresentações mais explícitas, como também de forma encoberta e naturalizada, se faz necessário apresentar, as estatísticas de órgãos oficiais (IPEA, 2019; IBGE, 2018; IBGE, 2019a; IBGE, 2019b; BRASIL, 2017) que, por sua vez, revelam que a repetição do racismo no cotidiano brasileiro dificulta o acesso da população negra aos direitos fundamentais.

Chamar de racismo ambiental, de justiça ambiental significa remover essa camuflagem e responsabilizar aqueles que se engajam nesses atos, sejam públicos ou privados, mas que ameaçam o meio ambiente cultural e natural das comunidades remanescentes.

2.1.1 Civilização e Sociedade sustentável

O desequilíbrio populacional rural/urbano causado pela falta de políticas públicas adequadas para o assentamento e a subsistência dos homens no campo levou ao êxodo rural. Isso fez criar uma necessidade maior nas cidades, isto é, de: procurar comida, implantação e manutenção adequada de serviços públicos como água, saneamento, resíduos, educação, saúde e transporte (MARTINE, 1987; VANDERLINDE, 2005).

A concentração populacional próxima às regiões industriais apresenta má qualidade ambiental em decorrência da poluição. Esse fato está relacionado às classes mais pobres que, muitas vezes, são obrigadas a se instalar em centros industriais para sobreviver, pois os recursos econômicos não permitem que tenham mais do que o necessário para a sua sobrevivência. A ocupação urbana acelerada e desordenada e sem nenhum tipo de planejamento também acarreta diversos problemas ambientais. Normalmente, as construções são desenvolvidas em áreas de risco como encostas e margens (MARTINE, 1987).

Essa situação, gerada pelo desrespeito ao meio ambiente, aliada ao descaso das autoridades, promove danos ambientais aos ecossistemas locais, tornando-os mais frágeis e vulneráveis aos desastres naturais (HOGAN, 1992). A realidade ambiental é um grande desperdício de matérias-primas, em geral, água e energia, o que, por sua vez, faz gerar uma possível ameaça grave de escassez.

Em um futuro próximo, devido às políticas econômicas voltadas para a exportação, ao padrão de produção agressivo, que usa métodos agroflorestais ecologicamente predatórios e ao desmatamento indiscriminado, poderá haver perda de produtividade e erosão de terras aráveis (MMA, 2005). O uso de agrotóxicos na agricultura, que traz sérios riscos à saúde de leigos e do público em geral também é visto como um grande problema (PERES *et al.*, 2003).

Além de todos os problemas causados pelo mau uso dos recursos naturais, existe uma lacuna entre os ricos e os pobres. Aumentando e acelerando a globalização econômica, aumentando as desigualdades sociais, levando a um crescente de áreas periféricas completamente insalubres como as existentes nas principais capitais brasileiras. Os mais necessitados, literalmente, nascem na rua, morrem e se perpetuam sem expectativa e a mínima condição de uma vida digna (FARIA, 2000; GARCIA, 2003).

Tudo o que se tem relatado mostra que o mundo vive uma verdadeira crise socioecológica provocada pelo próprio homem, seres que precisam dos recursos que a natureza ofereceu para sobreviver. A disponibilidade de água para consumo humano e para a agricultura é um recurso inadequado e a causa de guerras entre diferentes povos em muitos países hoje (AUGUSTO *et al.*, 2012).

Segundo Carvalho (2002), em sua trajetória histórica, o homem tem trabalhado o povoamento e o uso espacial do solo por meio da utilização de recursos naturais renováveis e não renováveis, que estão essencialmente interessados na sua própria sobrevivência. Por sua vez, a história da humanidade mostra que a degradação ambiental já acontece há muito tempo, por exemplo, pelas dimensões e pelo alcance dos mecanismos de devastação, desde o surgimento de grandes cidades e das grandes plantações de monoculturas, até as armas nucleares que atingiram cidades de Hiroshima e Nagasaki em 1945, no Japão, primeiro país do mundo a ser exposto a um ataque nuclear (ZULAUF, 2000).

Novamente, o autor Zulauf (2000) mostra que os fatores ambientais só foram identificados como chocantes por causa de dois acontecimentos históricos: a revolução industrial – a partir de 1750 com o desenvolvimento das máquinas e a organização urbana, em que a maioria das cidades foi criada sem nenhum planejamento.

Lima (1997) analisa as diferentes responsabilidades, estratégias e métodos para alcançar o desenvolvimento sustentável. O autor demonstra uma divisão em três visões diferentes para realizar esta análise: visão estatística, visão da comunidade e visão de mercado. A qualidade é considerada um bem público, cabendo ao Estado padronizar, regular e promover a qualidade ambiental e deixar as demais áreas da sociedade em segundo plano. A visão da comunidade afirma que é de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável que a democracia e a participação social sejam os meios mais importantes de motivação e de transformação. A visão de mercado, por sua vez, entende que as relações entre produtores e consumidores são o meio mais importante de regular a sustentabilidade do desenvolvimento.

Essas três perspectivas sobre as quais trabalha Lima (1997) diferem, principalmente, por representarem atores fundamentais para a realização do desenvolvimento sustentável, esfera social (estado, sociedade civil e mercado) o papel dominante.

Os maiores desafios talvez se concentrem no processo de materialização da sustentabilidade, ou seja, na transformação da filosofia e do discurso em ação e realização. O sonho de uma sociedade sustentável que integre e respeite as necessidades humanas e os limites da natureza, é não só desejável como necessário, mas, persiste o desafio de como torná-lo real. Nesse processo encontram-se os verdadeiros obstáculos e aparecem as grandes discordâncias sobre como construir um desenvolvimento multidimensional, que integre justiça social, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade e conhecimento integrador [...]. (LIMA, 1997, p. 20)

Com o que Lima (1997) trouxe observa-se que todos os valores da sociedade se refletem na civilização consumista ocidental industrializada e representam o binômio produção – consumo que estrutura a sociedade contemporânea em sua relação com a exploração do meio ambiente.

Dado o que foi exposto neste item, ressalta-se as ideias e a importância das ações ambientais para o ser humano e o meio ambiente, visto que as ações antrópicas podem influenciar diretamente na deterioração do meio ambiente. Destaca-se que uma sociedade sustentável é aquela que pode satisfazer suas necessidades de produção, consumo e crescimento sem comprometer os alicerces para o desenvolvimento das gerações futuras. Uma sociedade sustentável deve, portanto, caminhar na direção do desenvolvimento sustentável e conciliar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e da qualidade da vida.

2.1.2 Racismo estrutural, Justiça Socioambiental e a Desigualdade social

Quando se trata de racismo, a princípio tende-se a associá-lo ao ato de discriminação. No entanto, é mais complexo do que se pode imaginar e apresenta profundas raízes sociais. Almeida relata que “o racismo se expressa especificamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Pensar no racismo como parte da estrutura não remove a responsabilidade individual por se envolver em comportamento racista”. (ALMEIDA, 2019, p. 51)

Ao contrário, o entendimento de que o racismo é estrutural e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo nos torna ainda mais responsáveis pela luta contra o racismo e os racistas (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, Almeida (2019) aponta três interessantes conceitos de racismo: o individualista, o institucional e o estrutural. O primeiro está relacionado à subjetividade, ou seja, ao comportamento de cada indivíduo. O segundo é que o racismo está presente nas instituições que ditam como

uma sociedade é organizada e orientada. E, por fim, em última análise, o racismo estrutural seria aquele que surge da própria estrutura social, combinado com a integração dos comportamentos racistas individuais e institucionais. Os três conceitos de racismo, embora autônomos e independentes um do outro, estão intimamente ligados.

O racismo como processo relacional, histórico, político e ideológico está profundamente ancorado no imaginário social. Portanto, “o racismo constitui um imaginário social complexo que é constantemente reforçado pela mídia, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2019, p. 58). Além disso, reconhecemos que o papel da ideologia está muito presente nas construções da subjetividade do sujeito.

A desigualdade social que apresenta fortes características raciais é naturalizada pela maioria da população. Ou seja, naturaliza-se o fato de a maioria das pessoas do direito ou do curso de medicina serem brancas, e naturaliza-se o fato de a maioria dos presidiários serem negros. Tratar essa proporcionalidade como normal e aceitável é uma forma de refletir as diferentes faces do racismo. Além disso, Silvio afirma:

A permanência do racismo requer, em primeiro lugar, a criação e reforma de um imaginário social em que certas características biológicas ou práticas culturais estão associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social corresponde naturalmente à identidade atribuída a indivíduos ou não, essa sociedade torna-se indiferente à forma como certos grupos raciais são privilegiados (ALMEIDA, 2019, p. 7).

Partindo do pressuposto de que a construção da subjetividade influencia fortemente na manutenção do racismo, ressalta-se, mais uma vez, que ele será sempre estrutural. E, como qualquer estrutura, essa discriminação sistemática tem diferentes níveis. Para entender essa divisão, vamos imaginar um iceberg: sua ponta, a parte aparente, representa atos discriminatórios individuais. Por outro lado, a parte submersa é formada pelas mais diversas faces do racismo. Os exemplos incluem racismo individual, racismo recreativo, racismo institucional, racismo científico, racismo religioso, racismo ambiental e, finalmente, racismo estrutural.

Racismo individual e racismo recreativo, concepção individualista do racismo, é abordada por Silvio Almeida (2019) em sua obra para reafirmar que certa ação discriminatória é fruto da estrutura social. Nessa perspectiva, o ato racista é tratado como uma anomalia ou patologia, ou seja, integra o imaginário, a moralidade e a

racionalidade do indivíduo. Tais atos poderiam se manifestar de forma isolada ou generalizada, concretizando a discriminação negativa direta. No entanto, segundo o autor, essa concepção é frágil e limitada, uma vez que o racismo vai além dos individualismos morais.

Na outra concepção, o racismo se manifesta por meio do humor. Ele é abordado por Adilson Moreira (2019) em um livro intitulado *Racismo Recreativo*. O autor destaca que a discriminação racial na forma de piadas está presente em eventos culturais, como no carnaval, na mídia e no meio esportivo. O racismo recreativo alia-se ao racismo individualista, visto que pode ser considerado uma das formas de manifestações subjetivas do racismo. Assim, afirma o autor:

Os estereótipos raciais negativos presentes nas piadas racistas são os mesmos que motivam as práticas discriminatórias contra as minorias raciais em outros contextos. Será mesmo possível dizer que as piadas que reproduzem o estigma racial não afetam a vida dos membros desses grupos e, portanto, são socialmente irrelevantes? Muitas teorias psicológicas mostram que o humor não é um simples reflexo, mas sim um produto do contexto cultural em que vivem as pessoas (MOREIRA, 2019, p. 23).

Portanto, a ênfase é colocada no ambiente cultural em que as pessoas vivem, ou seja, as ações individuais também são resultadas da sociedade. Como Adilson (2019) acertadamente concordou, a discriminação racial que uma vez ocorreu em certos contextos se manifestará também em outros espaços. Por isso, o brasileiro se veste com um discurso cordial e amigável com humor. No entanto, o racismo não tem nada de lúdico, pois constitui uma estratégia de conquista e de manutenção do poder. Pessoas racistas, portanto, usam de forma brincalhona a discriminação negativa para expressar alguma superioridade: membros do grupo racial dominante podem obter satisfação psicológica afirmando sua suposta superioridade enquanto mantêm uma imagem social de pessoas que não são racistas. A presença persistente do racismo recreativo em diferentes áreas da vida social é um mecanismo responsável pela perda de

oportunidades sociais de minorias raciais em diferentes áreas. Essa forma de política cultural tem os mesmos objetivos da narrativa cultural tradicional e da democracia racial: afirmar a superioridade moral da população branca brasileira sobre as partes brancas de outros países devido à inexistência de um problema racial no país (MOREIRA, 2019, p. 115).

Racismo Institucional se manifesta nas formas de funcionamento das instituições. Destaca-se, assim, o papel institucional do Estado, dos seus órgãos

institucionais, dos ministérios e sistemas sociais. Existe uma certa hegemonia racial nos círculos políticos e, portanto, haverá um projeto para que os interesses desse grupo superem os interesses de grupos racializados. Para isso, as instituições desenvolvem comportamentos e regras que moldam as pessoas. Sobre o assunto, Silvio Almeida destaca:

A estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e antagonismos inerentes à vida social. estabelecer normas e padrões que nortearão a ação de pessoas. Em outras palavras, é dentro das regras institucionais que indivíduos se tornam sujeitos, uma vez que suas ações e comportamentos estão inseridos em um conjunto de significados estabelecidos pela estrutura social (ALMEIDA, 2019, p. 38).

Nessa concepção de racismo, a figura do poder torna-se essencial, uma vez que esse grupo está fora das normas institucionais. Nesse sentido, não dá para falar em racismo reverso. O racismo só se materializa se houver poder individual ou institucional sobre o povo, "[...] grupos minoritários radicais também podem praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, direta ou indiretamente" (ALMEIDA, 2019, p. 53).

Racismo científico, a justificativa para discriminar sistematicamente grupos racializados está na ciência. Com o fim da escravidão, em 1888, os escravos até continuaram sendo inferioridade, afinal, a figura do negro estava e está ligada à força da mão de obra.

De acordo com Schwarcz (1993, p. 12), o Brasil foi descrito como “[...] uma nação composta de raças mistas, mas em transição. Esses, que passam por um processo de cruzamento acelerado e são limpos por seleção natural [...] sugerem que o Brasil um dia seria branco”. Confirmando o processo de miscigenação no Brasil, Munanga (2019) aponta para o racismo científico que se manifesta na ideia de seleção natural, ou seja, pela miscigenação, biologicamente falando, as raças que se aproximam do ideal branco ofereceriam melhores condições de sobrevivência. A construção de teorias científicas brasileiras foi realizada pelos autores Nina Rodrigues e Gilberto Freyre.

Racismo religioso, em síntese, se manifesta por meio da prática discriminatória de negros, cuja religião está associada a matrizes africanas como, umbanda e candomblé. O racismo religioso, entretanto, não se limita à escolha da religião, mas

sim à erradicação de um legado ancestral trazido pelos negros escravizados. A questão se alia a outras temáticas, como apropriação cultural e a intolerância religiosa.

2.1.3 Empreendedorismo e Empreendedorismo social

Embora muitas atividades de empreendedorismo social tenham trajetórias antigas, há novas tentativas de trazer coerência à temática e prática ao assunto. Portanto, há relativamente pouca base teórica e, também, há considerável controvérsia sobre a definição exata de "empreendedorismo social". Além disso, diferentes abordagens estão sendo buscadas (KICKUL; LYONS, 2012). Em geral, o empreendedorismo social refere-se a uma atividade inovadora como um objetivo social que pode ocorrer no setor privado, no terceiro setor ou em organizações híbridas (AUSTIN, 2006). Empresa social, empresa inclusiva, empresa da base da pirâmide, empresa com valor comum ou empreendedorismo social. Tem-se vários nomes dos mais abrangentes (TISCOSKI; ROSOLEN; COMINI, 2013).

Nessa subseção será abordado o conceito de empreendedorismo social, as diferenças em relação ao empreendedorismo puramente comercial, bem como algumas das características do empreendedor social. As seções diferenciam os termos utilizados, apresentam uma análise aprofundada do negócio social e os desafios existentes no cenário nacional.

O surgimento do termo "empreendedorismo social" na década de 1980 é atribuído principalmente a Bill Drayton, fundador de uma organização filantrópica internacional pioneira no campo da inovação social – a Ashoka. No entanto, foi J. Gregory Dees quem idealizou o empreendedorismo social como primeira profissão e campo de estudo, na década de 1990 (KICKUL; LYONS, 2012). O empreendedorismo social é a aplicação de mentalidades, processos, ferramentas e técnicas do empreendedorismo com fins comerciais, em encontro com uma missão social e/ou ambiental (ASHOKA, 2013).

Assim, o empreendedorismo social reúne habilidades e traços como perseverança, planejamento, paixão e inovação e os utiliza para resolver alguns dos problemas mais difíceis da sociedade (KICKUL; LYONS, 2012). Conforme mencionado anteriormente, a definição mais antiga e mais citada de empreendedorismo social vem de Gregory Dees. DEES (1998) observa que o

empreendedor social desempenha o papel de facilitador da mudança na sociedade ao:

- a) assumir a missão de criar e manter valor social (não apenas valor privado), identificar novas oportunidades e buscar incansavelmente, a fim de cumprir esta missão,
- b) participar de um processo de inovação, adaptação e aprendizagem contínua;
- c) agir com ousadia sem ser restringido pelos recursos disponíveis,
- d) um sentido de responsabilidade pela participação social alcançada.

Segundo Dees (1998), uma das peculiaridades do empreendedorismo social é que, por um lado, ele incorpora o espírito empreendedor do setor privado e usa as possibilidades da economia e do mercado para resolver problemas, por outro lado se esforça para intervir nos mercados irregulares para que reparem e superem os interesses públicos diante de empreendedorismo tradicional, qualidade que, para Dees (1998), torna o empreendedorismo social mais atrativo do que uma abordagem puramente privada ou pública para a resolução de determinadas situações. Um ponto que distingue o empreendedorismo social do tradicional é a paixão pelos negócios e a fonte dessa paixão (CHO, 2006; BROOKS, 2008). O empreendedorismo social é frequentemente referido como não baseado em lucro, o que implica dificuldades dos beneficiários. Segundo Mair e Noboa (2006), esse empreendedorismo é principalmente voltado para uma missão ou propósito e não principalmente ao lucro.

Boschee (1998) afirma a mesma ideia, observando que os empreendedores sociais não perdem de vista sua missão e estão constantemente avaliando moral e lucratividade. Carnegie (2003) confirma que existe uma união de propósito, ação, complexidade moral, oportunidades de criação de valor, traços proativos, inovação e assunção de riscos para cumprir a missão social.

Nos últimos anos, o desenvolvimento do conceito tem mostrado que o empreendedorismo social é um campo que tem seus objetivos em múltiplos setores, consistindo em atividades de agregação, de valor que podem ser realizadas sem fins lucrativos (AUSTIN, 2006). Por sua vez, Hockerts (2006) aponta que há uma tendência crescente na criação dessas empresas sociais híbridas que ultrapassam os limites das empresas com fins lucrativos e das organizações públicas ou sem fins lucrativos.

Alvord, Brown e Letts (2004) agregam à definição a ideia de transformações sociais sustentáveis por meio de soluções inovadoras, mobilização e correção, utilizando recursos e criando redes, enfatizando que o produto final das atividades é o social.

Segundo Kickul e Lyons (2012), existem argumentos de que o empreendedorismo social nada mais é do que uma empresa tradicional. A solução para um problema social seria, então, apenas um novo produto que a empresa vende. Porém, se a terminologia relacionada ao empreendedorismo social tem semelhanças e diferenças entre o empreendedorismo tradicional, é importante destacá-las. Isto é, ambos são criativos e eficientes na gestão de recursos, possuem tolerância ao risco, habilidades de gestão, inovação, habilidades de construção de rede e aprendizado contínuo (DEES, 1998; PERRINI; VURRO, 2006).

No entanto, o empreendedorismo social cumpre a missão social, enquanto no empreendedorismo comercial o principal objetivo é a lucratividade para o empreendedor, ou seja, o primeiro atende grupos de interesse e o segundo atende aos acionistas (PERRINI; VURRO, 2006). Em outras palavras, empreendimento social, a iniciativa é desenvolvida em benefício de um grupo de pessoas e não apenas em benefício do controlador corporativo (SEBRAE, 2013). Outras diferenças na literatura também são trazidas por Perrini e Vurro, (2006). Os autores sugerem que os empreendedores tendem a ter processos de tomada de decisão mais democráticos e participativos.

Mair e Noboa (2006) argumentam que os empreendedores sociais também estão particularmente insatisfeitos com o *status quo*, o que lhes permite reconhecer melhor as oportunidades no social. Observa-se que existem empresários que utilizam processos altamente participativos, e muitos modelos dessas empresas também surgem da insatisfação com o *status quo*, como é o caso de identificar uma oportunidade por meio da frustração com uma necessidade não satisfeita em sua vida, que, também, é percebido por outros (PRABHU, 1999).

Empreendedores comerciais também foram treinados na construção de redes em toda a sua cadeia de valor, um fator de sobrevivência essencial no mercado competitivo de hoje. Não há dúvida de que o empresário tradicional pode influenciar positivamente a sociedade por meio de suas estratégias de negócios. No entanto, em alguns casos, isso é feito de forma elitista, ignorando o contexto social. A análise da realidade social e seu contexto é fundamental para determinar o negócio social

(SEBRAE, 2013). Aspectos culturais, políticos e jurídicos (MORT; WEERAWARDENA e CARNEGIE, 2003).

As definições propostas até agora defendem que os empreendedores sociais não necessariamente precisam constituir negócios não lucrativos, mas podem adotar uma forma organizacional que melhor atenda aos seus objetivos. A diferença é que o excedente de dinheiro obtido é usado, principalmente, para alcançar outros objetivos sociais que beneficiam um grupo ou uma comunidade, e não para servir a interesses particulares, crescendo rapidamente e maximizando o escopo de sua missão. Destaca-se que essas organizações podem ter estruturas diferentes, ampliando o uso do termo “empresa social” independentemente de sua associação e de determinado acordo (KICKUL; LYONS, 2012), mas retomando que as organizações sem fins lucrativos não são consideradas empresas sociais.

As ONGs se diferenciam do empreendedorismo social por, nem sempre, terem uma estrutura profissional e, também, pelo fato de os investidores só poderem recuperar o capital que investiram, sem direito a benefícios ou a dividendos (YUNUS, 2006). Segundo o mesmo autor, os lucros devem ser totalmente reinvestidos na empresa e projetados para ampliar o impacto social.

A outra vertente é mais ampla e tem o apoio de Stuart Hart e Michael Chu, professores que estudam o assunto nas Universidades Cornell e Harvard dos Estados Unidos, que acreditam que a distribuição dos lucros deveria ser feita, pois permite que mais investidores sejam atraídos e, assim, melhorem o desempenho social (NAIGEBORIN, 2010). Nesse item, é possível verificar que o avanço do empreendedorismo social é bastante evidente nessa última década. Cada vez mais, esses empreendimentos têm participado de maneira ativa na construção da sociedade. É importante que as instituições acadêmicas voltem cada vez mais o seu olhar para essas organizações.

2.1.4 Empreendedorismo Social, racismo e justiça socioambiental

O empreendedorismo pratica a visão de mercado, o desenvolvimento e a perenidade de sua marca no mercado. O empreendedorismo não é uma ciência ou arte, mas uma prática” (DRUCKER, 1974, p. 85). Os empreendedores (sociais) sabem, por uma razão profunda em sua personalidade, desde a infância, que estão no mundo para promover mudanças fundamentais. Eles não se contentam em

expressar ideias, mas também resolver problemas para um grupo específico de pessoas. Esses empreendedores compartilham uma profunda crença em sua capacidade de mudar a sociedade, são pessoas que têm o forte sentimento de que podem fazer a diferença (DOLABELA, 2003). O empreendedorismo não deve ser visto apenas como enriquecimento pessoal, mas deve visar ao desenvolvimento social a fim de que as pessoas se integrem ao país (DOLABELA, 1999).

Para Lavallo (2011), no Brasil, a arte do empreendedorismo é apresentada como algo “novo”, mas essa tarefa para a população negra escravizada, estabelecida especialmente a partir do século XIX, tem sido fundamental desde o pós-abolição. Sales (2012) diz que pela falta de trabalho formal, configurou-se uma profissão naturalmente desenvolvida pela população negra, voltada essencialmente para a sua sobrevivência. Porém, com avanço do empreendedorismo, a questão ambiental também surgiu, pois o uso predatório de recursos não renováveis e o consumo ilimitado característico das sociedades ocidentais modernas levariam a população a um destino catastrófico no fim da existência humana no mundo (JONAS, 1995).

Assim, a sociedade e o meio ambiente são pares indissociáveis. Nesse contexto, o presente trabalho mostra as profundas conexões entre a destruição ambiental e a reprodução das injustiças sociais no contexto brasileiro. Via de regra, são os locais onde vivem comunidades indígenas, negras ou de baixa renda que estão “destinados” à degradação ambiental e seus efeitos mais graves (ALIER, 2011). Está provado que sociedades desiguais, grupos racialmente discriminados e grupos populacionais de baixa renda – em suma, grupos vulneráveis e marginalizados – arcam com o maior ônus dos danos ambientais (ACSERALD, 2004).

Entender que as situações de injustiça ambiental são reproduções da organização desigual das sociedades, em que algumas populações suportam de forma desproporcional os danos e riscos ambientais, permite que este tema extrapole e ganhe relevância. Acserald (2004) e Pacheco (2006) apontam uma multiplicidade de movimentos e ações que surgiram no Brasil e que, embora não se identifiquem como tal, mobilizam lutas por justiça ambiental ou contra o racismo ambiental. Entre esses casos, encontram-se populações deslocadas pela construção de usinas hidrelétricas, povos indígenas e grupos quilombolas deslocados por empreendimentos turísticos, caiçaras, pescadores que foram expulsos de suas casas, por empreendimentos ou entre outros fatores.

Nesse contexto, refletir sobre o impacto social dos problemas ambientais traz à tona um complexo sistema de desigualdades e exclusão social, como viu-se, tanto os benefícios como os danos e riscos ambientais são compartilhados de forma injusta.

A justiça ambiental e o combate ao racismo ambiental possibilitam repensar a organização da sociedade e como essa abordagem promove o surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais. Esses movimentos têm um enorme impacto, pois articulam lutas que surgem inicialmente em nível local e chegam a nível global (ACSERALD, 2004).

Identificar casos de injustiça ambiental e refletir sobre as convergências e diferenças tanto em áreas urbanas como em áreas rurais indicam uma presença extremamente elevada de componentes étnico-raciais que precisam ser levados em consideração. É importante também evidenciar não só a funcionalidade, mas também a indispensabilidade do termo racismo ambiental no contexto brasileiro, uma vez que a racialização e a exclusão de grupos vulneráveis é uma constante em nossas sociedades.

Com isso, esse trabalho mostra a existência de práticas de injustiça ambiental e de racismo no Brasil, observando também a necessidade de explicar a utilização desses conceitos, as especificidades do racismo no contexto brasileiro, de modo que busca compreender a importância do assunto, o seu funcionamento e a utilidade do conceito de racismo ambiental no Brasil, além de trazer o empreendimento social como solução para alguns problemas enfrentados pelas minorias trazidas.

2.2 EMPREENDEDORISMO: QUESTÕES CONCEITUAIS E TIPOLOGIAS EMPREENDEDORAS

Esta seção discute os conceitos usados para explicar as principais questões relacionadas ao empreendedorismo. Para tal, são apresentados os conceitos básicos do empreendedorismo, o termo empreendedor é definido, bem como é apresentado o seu perfil e suas características.

Para entender melhor a diferença entre os três tipos de empreendedorismo, é necessário saber o que é ser empreendedor para que se possa examinar as diferenças e o que leva aos seus surgimentos.

O empreendedor pode ser definido como

agente do processo criativo, o impulso fundamental que ativa e mantém o motor capitalista funcionando, criando constantemente novos produtos, novos mercados e destruindo implacavelmente métodos antigos, menos eficientes e mais caros (SCHUMPETER, 1949, p. 75).

Para Dornelas (2001), ser empreendedor significa alguém que busca algo que vai além do convencional, quebra paradigmas, muda conceitos, arrisca e ousa sair da zona de conforto. O empreendedor também é um detetive, pois ele precisa ser ágil para aproveitar certas oportunidades antes que outras o façam (CHIAVENATO, 2006).

O empreendedorismo também pode ser entendido como uma área do conhecimento científico, visto que existem vários campos de estudo nesta área. Segundo Gimenez, Inacio e Sunsín (*apud* Kornijezuk, 2004), empreendedorismo é definido como:

O estudo da constituição e gestão de empresas novas, pequenas e familiares, bem como das peculiaridades e problemas especiais dos empresários. Os tópicos centrais são novas ideias e estratégias de negócios, aquisição e gestão de novas empresas. e equipes criativas, independência, proprietário-gerente e a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico (GIMENEZ; INÁCIO; SUNSÍN *apud* KORNIEZUK, 2004, p. 20).

Segundo Chiavenato (2008), existem três características básicas que definem o espírito empreendedor:

- a. Necessidade de desempenho: os empreendedores têm grande necessidade de desempenho em relação à população em geral.
- b. Disposição para correr riscos: os empreendedores preferem situações de risco na medida em que podem exercer algum controle pessoal sobre o resultado, ao contrário de situações de jogo onde o resultado depende apenas da sorte.
- c. Confiança: os empreendedores são pessoas independentes, eles acreditam em suas habilidades pessoais e têm uma abordagem de controle interno superior ao da população em geral.

Tendo sido apresentado as características de um empreendedor, é importante enfatizar sobre os três tipos de empreendedores: intraempreendedor, o que age por necessidade e o por oportunidade.

Intraempreendedor são todas as pessoas que trabalham na empresa e usam suas capacidades criativas para desenvolver e projetar novos produtos e serviços inovadores por meio da ação empreendedora. Pinchot III (1985, p. 61) “confirma que

o intraempreendedorismo é um desafio para toda empresa, uma vez que seu objetivo é minar novos talentos e estimular a criação de novos empreendedores”.

Para Machado (2012), o intraempreendedorismo pode estar presente em todas as áreas da empresa, mas com um dos objetivos de descobrir e promover as competências empreendedoras de cada um. Segundo Pinchot III (1989), intraempreendedorismo é:

Um sistema revolucionário para acelerar inovações em grandes empresas, fazendo melhor uso de seu talento empreendedor [... Os Intraempreendedores são integradores que combinam talento técnico e elementos de marketing, novos produtos, processos e serviços. Sem eles, a inovação permanece em um estado potencializou se move no ritmo glacial de processos burocráticos que não são mais apropriados em um ambiente repleto de competição empresarial (PINCHOT III, 1989, p. 12-12).

Segundo Dornelas (2003), o intraempreendedorismo pode determinar como identificar, desenvolver e implementar novas oportunidades de negócios que requeiram uma mudança na utilização dos recursos da instituição e conduzam à criação de novas competências organizacionais e oportunidades de posicionamento no mercado.

Com o crescimento constante do Brasil nos últimos anos, o empreendedor por necessidade é o profissional que não se arriscaria no mundo dos negócios se a vida não o tivesse feito. Segundo Brewer e Gibson (2014), esses empreendedores costumam morar em países em desenvolvimento como o Brasil e, em grande parte, abrem pequenos negócios por necessidade de renda.

Para Fialho *et al.* (2007), necessidade é um estado de desequilíbrio dentro do empreendedor causado pela falta de algo e estimulando-o e predispondo-o a determinados comportamentos. Pamplona (2001) afirma que o empreendedorismo no Brasil se identifica muito mais fortemente com a parcela mais pobre da população urbana, o que evidencia a situação de trabalho precário e as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho remunerado e contribui ainda mais para a polarização social.

Além disso, Brum (2003) mostra que, embora existam alguns casos de sucesso, estes não devem ser considerados como base para confirmar que o empreendedorismo é uma solução viável e acessível para todos. De acordo com Murray (1973), a necessidade direciona o comportamento para metas que podem levar a diferentes necessidades e podem criar conflitos.

O empreendedorismo necessário parece ser ainda mais importante no mercado informal – solução encontrada por profissionais com baixo nível de escolaridade, idade avançada e outras limitações que as organizações consideram "inaplicáveis" – dificilmente visa as dificuldades de manutenção de um empreendimento formalizado promover as condições necessárias para a inclusão social desses trabalhadores (KLECHEN *et al.*, 2007).

Para Pamplona (2001), a visão do empreendedor por oportunidade é voltada para desenvolver nichos de mercado ou para obter vantagens em termos de qualidade de vida e flexibilidade. Alves (2002) enfatiza que, em geral, o comprometimento do tempo e o número de atividades dos funcionários são intensificados, o que leva a uma maior produtividade por meio do controle da subjetividade do trabalhador, com o objetivo de garantir a aceitação e participação em um potencial nicho de mercado. Baron e Shane (2007) sugerem que o empreendedorismo surge da existência de oportunidades para criar algo por indivíduos que, então, exploram ou desenvolvem essas novas coisas por vários meios e, assim, produzem uma ampla gama de efeitos.

É possível, então, dizer que o empreendedor é um inovador em busca de novas possibilidades, novos produtos, novas tecnologias, novos processos e novos formatos organizacionais, tanto no estudo quanto na pesquisa. Esses empreendedores possuem certas características pessoais, como criatividade, habilidade de quebrar padrões, habilidade de identificar oportunidades e baixa aversão ao risco (ALBAGLI; MACIEL, 2003).

Dada realidade de países como o Brasil, com a falta de emprego, entre outros pontos sociais, muitas pessoas procuram meios emergenciais para ganhar dinheiro, como o trabalho autônomo ou a prestação de pequenos serviços. Isso torna o empreendedorismo uma questão de sobrevivência.

2.2.1 Raça e empreendedorismo social

Na concepção do racismo como fator estrutural, o termo ficou amplamente conhecido no Brasil por meio da obra *Racismo Estrutural*, do professor Silvio de Almeida. No entanto, a concepção de racismo estrutural já foi apoiada por autores estrangeiros, como Kwame Turé e Charles Hamilton. Acreditando que não há outro senão o racismo estrutural, o professor Silvio destaca que “o racismo é fruto da própria estrutura social, ou seja, da forma ‘normal’ como se constituem as relações políticas,

econômicas, jurídicas e mesmo familiares, tampouco uma patologia social”. (ALMEIDA, 2019, p. 50). Nessa perspectiva, todos os conceitos de racismo apresentados até agora fazem parte de uma única matriz, ou seja, uma estrutura social orgânica. O autor acrescenta:

O racismo como processo histórico e político cria as condições sociais para que grupos facilmente identificáveis sejam sistematicamente discriminados, direta ou indiretamente. Embora as pessoas que cometem atos racistas sejam responsabilizáveis, uma visão estrutural das relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina reprodutora da desigualdade social (ALMEIDA, 2019, p. 51).

Portanto, é necessário reconhecer a complexidade do racismo, bem como seus efeitos nas relações sociais. O grande desafio dessa monografia é a análise como o empreendedor social se estabelece, mesmo com imperativos exclusivos como a raça (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013). Neste estudo, interessa compreender como os empreendedores enfrentam esse desafio. Empreendedorismo é, tradicionalmente, entendido como um processo que transforma uma ideia em busca de novas oportunidades ou de aprimoramento de produtos e serviços existentes (BARRETO, 1998). Os desafios do empreendedor no contexto brasileiro são diferentes. Lavallo (2011) orienta a colocar esforços inicialmente na causa, devido a uma “polissemia”.

No Brasil, a arte do empreendedorismo se apresenta como algo “novo”, mas essa tarefa para a população negra escrava está montada principalmente a partir do século XX, XIX, era essencial desde o pós-abolição ser uma força de trabalho econômica e lucrativa (SILVA, 2017, p. 10).

O “fazer” empreendedor era uma ocupação naturalmente desenvolvida pela população negra devido à escassez de trabalho formal, sendo esta atividade fundamentalmente desenvolvida para a sua sobrevivência (SALES, 2012). Nesse princípio, a população negra empreendeu por necessidade. Segundo Nascimento (2018), o empreendedorismo desenvolvido pela população negra se destaca com a pesquisa “Empreendedores no Brasil: Análise por Raça e Cor”, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) com base em dados da Pesquisa Nacional de Domicílios por Amostra (PNAD). “O estudo realizado entre 2013-2015 e divulgado em 2016 revelou que 50% dos empreendedores eram negros, 9% brancos e 1% pertencia a outros grupos populacionais” (NASCIMENTO, 2010, p. 1). O autor destaca que se referem ao empresário autodeclarado negro ou pardo,

independentemente do tipo de negócio, tais como: empresário afro, empresário afro-brasileiro ou empresário negro (NASCIMENTO, 2010, p. 7).

No contexto brasileiro, na década de 1970, houve avanços para a população negra por meio de políticas públicas, no âmbito empresarial. Estudos produzidos por pesquisadores como Lima, Rios e França (2013), Cordeiro, Campos e Silva (2016) e Machado e Paes (2018) e por institutos de pesquisa nacionais (SEBRAE, 2016) analisam o fenômeno da corrida, trazendo novos desafios ao empreendedorismo, indicando um "modelo" diferenciado de educação voltado para a população negra, sendo a baixa escolaridade outro "indicador" que exclui ainda mais essa população.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nas seções seguintes apresenta-se a metodologia utilizada na presente pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A metodologia de pesquisa adotada tem abordagem qualitativa. Com relação à tipologia da pesquisa, o trabalho é classificado quanto aos fins como exploratório. Já com relação aos meios de investigação da pesquisa, ele é classificado como estudo de caso.

Segundo Vergara (1998), a pesquisa possui dois critérios básicos: o fim e os meios. Em relação aos objetivos, uma investigação pode ser: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. Em termos de investigação da pesquisa, pode ser uma das seguintes: pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, estudo de caso. Conforme Vergara (1998), pesquisa exploratória é realizada em área onde há pouco conhecimento acumulado e sistemático. A pesquisa não contém hipóteses, mas podem surgir durante ou ao final da investigação. Segundo Doxie e De Reese (2003), o objetivo geral da pesquisa esclarece o objetivo da pesquisa e explica a natureza da pesquisa, seja ela exploratória, descritiva ou explicativa.

Segundo Yin (2003), o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se analisar eventos contemporâneos, mas quando não é possível manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso tem duas fontes principais de evidência: observação direta e uma série sistemática de entrevistas. Para Godoy (1995) o estudo de caso é um tipo de pesquisa cujo objetivo o pesquisador não pretende intervir no objeto de investigação, mas revelá-lo como o percebe.

Para Fonseca (2002):

O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 89).

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E SUJEITOS DA PESQUISA

O universo de estudo do presente trabalho trata-se da organização Ambiafro, um empreendimento social que tem um viés social com o enfoque de ajudar as minorias da sociedade. Foram entrevistadas seis pessoas, dentre essas, diretores, analistas e indivíduos que foram beneficiados pela Ambiafro.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

As técnicas de coletas de dados utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, entrevista semiestruturada em profundidade e análises de documentos.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2019), consiste na obtenção de dados por meio de leitura de livros, artigos, periódicos, eventos e materiais impressos diversos. Segundo Vergara (1998), a pesquisa bibliográfica é o estudo desenvolvido com base em material publicado em livros, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível a todos. Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos. Qualquer trabalho científico começa com uma pesquisa bibliográfica que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o referido assunto.

Outra técnica de coleta utilizada foi a aplicação de entrevistas por meio de um roteiro semiestruturado. A entrevista em profundidade consiste em "um diálogo com o entrevistado, com o objetivo de obter o máximo de informação possível de cada um" (ZILLES, 2012, p. 53). Nesse contexto, as entrevistas foram realizadas com seis pessoas, com faixa etária de 23 a 43 anos, sendo três fazendo parte da organização Ambiafro e três beneficiados pela Ambiafro.

O roteiro (Apêndice A) abordou temas como: empreendedorismo social, racismo ambiental, racismo estrutural, desigualdade social, emprego e educação para minorias. As entrevistas aconteceram entre os dias 22/10/2021 e 25/10/2021. Foram feitas *on-line*, algumas usando a plataforma Meet e outras pelo WhatsApp. As entrevistas foram gravadas para um futuro uso pela entrevistadora, tendo levado em torno de 45 minutos cada entrevista. A caracterização dos entrevistados é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Apresentação dos entrevistados

Código	Gênero	Idade	Formação	Status da Formação
E1	M	30	Ciências Biológicas	Superior Completo
E 2	M	32	Recursos Humanos	Superior Completo
E 3	F	28	Publicidade e Propaganda	Superior Completo
E 4	F	23	Economia	Superior Incompleto
E 5	F	37	Administração de Empresa	Superior Completo
E 6	F	43	Ciências Sociais	Superior Completo

Fonte: Elaborada pela autora.

Os documentos coletados mostram que a Ambiafro é constituída por pessoas de diversas áreas de conhecimento, como Direito, Comunicação, Recursos Humanos e Meio Ambiente, de diversos estados do país que, juntos, visam mostrar de maneira inter e multidisciplinar o quão plural e presente no cotidiano a temática socioambiental e racial são importantes.

Quadro 2 – Apresentação dos documentos utilizados para análise

Código	Tipo
D1	Estatuto da Ambiafro
D2	Documentos admissão RH
D3	Acesso ao drive

Fonte: elaborado pela autora.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A técnica usada foi a análise de conteúdo que busca extrair a descrição do conteúdo das falas das pessoas questionadas para procedimentos sistemáticos e objetivos, pois assim foi possível saber o que é dito sobre um determinado tópico.

Além de permitir a análise do texto coletado, a análise de conteúdo foi uma técnica que possibilitou também quantificar a pesquisa qualitativa, buscando informações que se repetem nas diferentes entrevistas (GIL, 2019; ROESCH, 2013).

Esta técnica permite a pesquisadora buscar e explorar todas as fontes de informações utilizadas. Foram analisados os conteúdos das entrevistas realizadas, do levantamento bibliográfico e dos documentos disponibilizados e acessados na internet.

Foram feitas essas análises para, assim, responder aos objetivos específicos, identificando as práticas do empreendedorismo social realizada pela Ambiafro; caracterizando esse público impactado pelas práticas e pelas ações do empreendedorismo social da Ambiafro, de modo a compreender em que medida o impacto social gerado pela Ambiafro pode favorecer ao combate do racismo estrutural das pessoas inseridas no negócio.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DE PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os resultados da análise de conteúdo do presente estudo, com o intuito de caracterizar o público impactado pelas práticas e ações do empreendedorismo social da Ambiafro; identificar quais são as práticas do empreendedorismo social realizada pela organização e compreender em que medida o impacto social gerado pela Ambiafro favorece ao combate do racismo estrutural das pessoas inseridas no negócio.

Inicialmente, serão apresentados a unidade de análise e os sujeitos da pesquisa, bem como o perfil do público entrevistado. Posteriormente, a análise dos resultados, relacionando-os com os conceitos chave abordados nesta pesquisa.

4.1 APRESENTAÇÃO DA AMBIAFRO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA

O objeto do presente estudo é a Organização Ambiafro, localizada no Rio de Janeiro. A instituição representa um papel fundamental na estabilidade das relações sociais, políticas e econômicas entre os indivíduos. Consequentemente, influencia o desempenho econômico por meio da produção de conteúdo ou outros trabalhos. Observa-se, portanto, que as diferentes formas de constituição dessas empresas sociais ou, em alguns casos, a sua ausência, afetam diretamente as transações econômicas, políticas e sociais entre os indivíduos.

É uma organização que conta com cerca de trinta colaboradores, possuindo estrutura organizacional bem definida. Em seu organograma, há um CEO (Chief Executive Officer) e, abaixo deste, encontram-se sete, sendo um CFO (Chief Financial Officer), um Diretor Institucional, um Diretor de Incorporação, um Diretor Técnico e de RH e um Diretor Comercial.

As áreas envolvidas e as pessoas envolvidas neste estudo foram Presidência, a Diretoria de Incorporação, a Diretoria Técnica e a de Recursos Humanos, as quais compreendem o desenvolvimento da organização e, respectivamente, as pessoas que foram beneficiadas por projetos da organização.

A empresa está no início de atuação, tendo sido criada em 2020 por Carlos Eduardo Marques, com formação em Ciências Ambientais. A Ambiafro é uma iniciativa que surge da necessidade de colocar em evidência o protagonismo das pessoas negras e tudo aquilo que elas representam e trazem consigo, suas vivências,

conhecimentos adquiridos e história. E mostrar para o Brasil e para o mundo que se não for falado sobre racismo estrutural, ambiental, não haverá um desenvolvimento sustentável – Ambiafro tem o foco de colocar o social como pauta central da sustentabilidade, empreendendo por e para as pessoas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram entrevistados três colaboradores com cargos diversos, de diferentes setores da organização, a fim de enriquecer o trabalho com visões distintas acerca do tema e três pessoas que foram afetadas positivamente pelo projeto. O grupo é composto por dois homens e quatro mulheres, com idades variando entre 23 e 43 anos, possuindo cinco deles formação superior completa e uma em andamento. O tempo de empresa varia de 10 meses a 1 ano.

Do conjunto de entrevistados, dois possuem cargos de liderança. O público é, majoritariamente, feminino e negro, o que representa o perfil da empresa. Sendo assim, os dados coletados nas entrevistas dão base para responder aos objetivos específicos desta pesquisa. O perfil dos entrevistados é apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 – Perfil dos entrevistados

Identificação na pesquisa	Faixa etária	Gênero	Escolaridade	Tempo de empresa	Cargo de liderança
Entrevistado 1	23-43 anos	M	Superior completo	1 ano	Sim
Entrevistado 2	23-43 anos	M	Superior completo	1 ano	Sim
Entrevistado 3	23-43 anos	F	Superior completo	10 meses	Não
Entrevistado 4	23-43 anos	F	Superior em andamento	11 meses	Não
Entrevistado 5	23-43 anos	F	Superior completo	11 meses	Sim
Entrevistado 6	23-43 anos	F	Superior completo	11 meses	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados coletados nas entrevistas dão embasamento para responder o objetivo geral desta pesquisa: analisar como as práticas e ações do empreendedorismo social da Ambiafro promovem ou não o combate ao racismo ambiental e estrutural. Assim, a seguir, são apresentadas detalhadamente as informações obtidas, de forma a analisá-las, juntamente com materiais e documentos obtidos na organização, e responder adequadamente a cada um dos objetivos específicos deste trabalho.

4.2 O IMPACTO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL DA AMBIAFRO

Um empreendimento social, segundo Austin (2006), refere-se a uma atividade inovadora como um objetivo social que pode ocorrer no setor privado, no terceiro setor ou em organizações híbridas. A fim de responder ao objetivo específico que trata dos impactos das práticas e ações do empreendedorismo social da Ambiafro; apresentam-se as informações obtidas com os entrevistados.

A fase de compreensão começa, segundo os entrevistados, desde o entendimento de um problema social, estrutural, com a análise de seu perfil para entrar na organização ou ser ajudada por essa, sendo com um curso ou emprego.

No momento inicial é, então, verificada a localização do indivíduo, se possui formação acadêmica ou emprego. Conforme resume o entrevistado 1, “[...] educação se torna essencial para a população negra diante de um contexto de exclusão” (ENTREVISTADO 1, 2021). Coletando essas informações, analisa-se, então, a viabilidade da organização para conceder um curso ou um emprego, sendo que essa pessoa pode tanto entrar como voluntária para a Organização ou ser apenas beneficiada por essa e não fazer parte do organograma. Como descreve a entrevistada 2:

[...] Ambiafro visa desenvolver competências individuais e coletivas para agregar valor à toda a comunidade, a capacidade de inovar, ser autônomo e lutar pela sustentabilidade, o surgimento desse empreendimento social vem para atender a uma demanda muitas vezes ignorada pelos estados (ENTREVISTADO 2, 2021).

Dessa forma, a Ambiafro analisa o que pode ser feito pelas pessoas e pelo empreendimento, pois quem compõe a organização são de diversas regiões do Brasil. A entrevistada 2 contribui:

[...] Com essa abordagem em mente, examinamos as formas e mecanismos que podemos usar para lidar com as incertezas, porém mesmo assim influenciar socialmente o público-alvo. Diante do problema de ocupar o lugar da raça como tema para a prática desse empreendimento social, é necessário refletir sobre como enfrentar esse desafio e iniciar discussões que busquem empoderar e compreender esse aspecto dos negros marginalizados da sociedade (ENTREVISTADO 2, 2021).

À medida em que se tem tudo ajustado com a(s) pessoa(s) é feita uma análise de viabilidade dentro do banco de dados da organização, qual empresa ou instituição educacional poderá ajudar. De acordo com o entrevistado 1, “[...] o objetivo é qualificar essas pessoas, também nos preocupamos em firmar parcerias com empresas,

escolas, universidades, para nos apoiar nessa caminhada” (ENTREVISTADO 1, 2021).

Esta etapa de buscar parcerias, segundo o entrevistado 1, é exaustiva, por isso é importante analisar muito bem a pessoa que será impactada pela ação. Conforme o entrevistado 1: “é de fundamental importância construir uma relação de confiança e troca com as pessoas a fim de compreender a real necessidade e os valores que a permeiam, para que esse benefício social e esforço tenham um resultado positivo” (ENTREVISTADO 1, 2021).

Algo que pode ser pontuado é que, embora os negros tenham os maiores índices de analfabetismo, desemprego, baixos salários e são as maiores vítimas de violência, a sociedade atribui aos negros a responsabilidade pela realidade em que vivem.

[...] nesse sentido, propaga-se a ideia errônea de que a mobilidade social é fruto do esforço individual, ou seja, se determinada pessoa ou família não possui as condições necessárias para ganhar a vida, é devido à sua inadequada capacidade, compromisso ou estratégia. O mito da democracia racial serviu aos interesses sociais da classe dominante através da ideia de que a população negra não sofre nenhuma desvantagem social e que os problemas que a afetam são naturais ou temporários. Além disso, foi mantida a lógica da velha ordem, em que os brancos ocupavam um lugar privilegiado enquanto a população negra se encontrava em condições socialmente inferior. E a Ambiafro surgiu para diminuir esses números (ENTREVISTADO 1, 2021).

O Brasil apresenta uma realidade em que grande parte de sua população negra está inserida em indicadores de pobreza ou de baixa renda. Pesquisas e censos existentes confirmam a desigualdade racial no Brasil resultante do racismo estrutural.

[...] embora o Brasil seja um país governado democraticamente cujo horizonte é a igualdade de direitos para seus cidadãos, o racismo estrutural se manifesta como uma expressão da desigualdade racial no país, que afeta as almeçadas condições de vida e educação (ENTREVISTADO 4, 2021).

Outro ponto considerado nessa fase são os *feedbacks* tanto das empresas que fazem parcerias, como das universidades e, claro, dos “impactados”. Uma pesquisa de satisfação é realizada, em que são levantados pontos de melhorias, sendo estas informações utilizadas.

[...] O objetivo principal do nosso empreendimento social é o lucro social, e este norteará a empresa nas decisões de negócios, há uma frase de Yunus que gosto muito que diz ‘um empreendimento social é uma empresa que é guiada por uma causa ao invés do lucro, com o potencial para agir como agente modificador para o mundo Ambiafro segue com esse propósito (ENTREVISTADO 1, 2021).

Percebe-se que o empreendedorismo social reúne habilidades e traços como perseverança, planejamento, paixão e inovação e os utiliza para resolver alguns dos problemas mais difíceis da sociedade (KICKUL; LYONS, 2012). É necessário reconhecer a complexidade do racismo, bem como seus efeitos nas relações sociais. O grande desafio do empreendedor social se estabelece, mesmo com imperativos exclusivos como a raça (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013).

Tendo sido apresentados os principais impactos da Ambiafro, tanto para voluntários, como para os indivíduos ajudados pela instituição, é possível analisar algumas das principais características e práticas executadas pela organização.

4.3 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E PRÁTICAS EXECUTADAS PELO EMPREENDIMENTO SOCIAL AMBIAFRO

Para responder ao objetivo específico de identificar quais são as práticas do empreendedorismo social realizada pela Ambiafro, os entrevistados foram instigados a comentar sobre as principais características dos empreendimentos sociais e da Ambiafro e qual, na opinião deles, seria o diferencial do empreendimento.

Para um melhor entendimento das funções da Ambiafro, apresenta-se um organograma (Figura 1):

Figura 1 – Organograma das funções da Ambiafro



Fonte: elaborado pela autora.

A Ambiafro é uma iniciativa que surge da necessidade de colocar em evidência e protagonismo as pessoas negras e tudo aquilo que elas representam e trazem consigo, suas vivências, seus conhecimentos adquiridos e a sua história. É mostrar para o Brasil e o mundo que sem racializar a abordagem ambiental não há como existir um desenvolvimento sustentável, fugindo do pensamento trivial que meio ambiente é apenas falar de água e florestas. Ambiafro é colocar o social como pauta central da sustentabilidade, empreendendo por e para as minorias. A instituição tem como missão vivenciar os princípios da equidade, da diversidade e da sustentabilidade, de modo a contribuir para melhoria do bem-estar das pessoas, territórios e comunidades negras, preenchendo o espaço tanto afetivo e material acerca do meio ambiente, a fim de que as temáticas ambientais sejam assunto comum de todos os momentos e que isso faça parte da vida de todos.

Ambiafro quer ser reconhecida como organização de promoção do desenvolvimento integral e harmônico da população negra, com integração social e com acesso democrático às questões ambientais, culturais e sociais.

Para o entrevistado 1, todos os tipos de empreendedores têm responsabilidades para com a sociedade e com o meio ambiente. Portanto, um de seus desafios é dirigir uma empresa sustentável que agregue valor à sociedade de hoje, sem colocar em risco as gerações futuras. Ele pontua que os novos negócios podem estimular o comércio e o desenvolvimento nas economias mais pobres na base da pirâmide econômica e proporcionar uma vida melhor a milhões de pessoas.

O entrevistado pondera que o diferencial da Ambiafro em relação aos outros empreendimentos sociais é que, por ele viver em uma comunidade, ele conhece a realidade da população e aproveita essa demanda insatisfeita, impactando socialmente o ambiente em que estão inseridos.

O entrevistado 1 ressalta que a renda insuficiente para cobrir necessidades básicas não atinge a população de maneira uniforme. Há grupos populacionais mais expostos a essa realidade. A importância para este entrevistado fica ainda mais saliente ao comentar que o efeito da contradição capitalista, em que a acumulação de riqueza prevalece sobre a sua distribuição desigual, determinando a concentração de renda e, conseqüentemente, a desigualdade social. Afirma também que cerca de 75% da população negra são os mais afetados pela dinâmica capitalista.

Essa realidade expressa também os efeitos do racismo estrutural que naturalizou as múltiplas discrepâncias sistemáticas que afetaram e ainda afetam, sobretudo, homens e mulheres negras no país.

Na mesma linha, tanto o entrevistado 2 quanto a entrevistada 4, igualmente destacam que viver em comunidade é a característica principal e outro item é a Ambiafro ser constituída somente por pessoas negras.

[...] as maiores dificuldades na área social têm a ver com a persistência das grandes desigualdades sociais que caracterizam o país. [...] dentre tantas esferas, a desigualdade social também se manifesta no mercado de trabalho e expressa maior incidência nos/as negros/as. [...] indica que a população negra em cargos subordinados é ainda maior e, conseqüentemente, recebe menos do que os brancos. Essa realidade é consequência da dinâmica de acumulação de capital, que, somada ao racismo, submete os negros a um quadro subalterno e são impedidos do acesso a direitos básicos como a educação, para se manter (ENTREVISTADO 2, 2021)².

“[...] a existência das grandes propriedades e a concentração de renda é uma realidade na formação social do Brasil”. (ENTREVISTADO 4, 2021). O entrevistado 2, por sua vez, ressalta o contexto social em que, sobretudo, pessoas negras estão inseridas nos mais baixos índices de bem-estar social, visto que esta parcela da população sofre mais intensamente as desigualdades.

Segundo o entrevistado, “Ambiafro busca por uma sociedade de fato pluralista e igualitária”. Outro ponto que o entrevistado 2 destaca é a quando o recorte de gênero é incluído nas discussões, as mulheres negras ocupam o lugar na base da pirâmide social, mesmo abaixo dos homens negros e sofrem as conseqüências da exploração capitalista.

Por meio da fala dos entrevistados anteriores, mais uma vez é possível constatar a preocupação com a população negra brasileira, além de pontuar, mais uma vez também, por quais razões esse grupo é fortemente subalternizado. Pelos comentários dos entrevistados 1, 2 e 4 nota-se uma busca por uma sociedade livre, justa e solidária, assim como a promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça e cor.

Na avaliação do entrevistado 2, os empreendimentos sociais “são a salvação para esses excluídos socialmente, às vezes marginalizados e desprovidos de políticas

² As entrevistas foram conduzidas pela autora da presente investigação, com a finalidade de construção da análise. Ao longo do trabalho serão apresentadas transcritas e com referência ao número (Entrevistada 1, Entrevistada 2 etc.) e o ano de aplicação de tal entrevista.

públicas, essa classe tem nesses empreendimentos o único meio para transformarem socialmente sua realidade” (ENTREVISTADO 2, 2021).

A partir destas falas, pode-se questionar a impressão tida acima, em que o foco da Ambiafro é gerar benefício social. Ser um veículo de mudança em relação aos indivíduos e o meio no qual estão inseridos, em detrimento do lucro propriamente dito. De toda forma, o conceito que começa a transparecer é o de impacto social. Como a justiça ambiental e o combate ao racismo ambiental, possibilitando repensar a organização da sociedade e como essa abordagem promove o surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais. Esses movimentos têm um enorme impacto, pois articulam lutas que surgem inicialmente em nível local e chegam a nível global (ACSERALD, 2004). Para Baquit (2008), os empreendedores sociais trazem os problemas sociais do mesmo ponto imaginário que os empreendedores comerciais trazem, criando riquezas. E a solução ou ideia são desenvolvidas e devem ser inovadoras, autossustentáveis, envolvendo pessoas da comunidade atendida e causando impacto social. Na visão clássica da maximização do lucro, seria incompreensível porque a Ambiafro entra em um ambiente cheio de incertezas, no qual o Estado está ausente, para obter benefícios sociais em vez de lucros.

Nas falas dos entrevistados, notou-se que todos enfatizam a preocupação com a população negra, em manter e continuar construindo um lugar melhor para essa população, por meio de educação e de emprego.

Percebe-se essa busca na fala do entrevistado 5:

para que a igualdade seja alcançada além das formalidades são necessárias transformações, realidades concretas em nossa sociedade, que possam ultrapassar padrões e ideias e acabar com a mistificação da desigualdade racial no Brasil.

Dessa forma, observa-se que esse foco nesses indivíduos parece estar muito voltado para a sustentabilidade dessa população. Das interpretações do termo desenvolvimento sustentável, deriva-se várias dimensões da sustentabilidade que são difíceis de articular cientificamente, tais como: natural, social, econômica etc. Essas dimensões são permeadas por valores éticos e sociais de difícil compreensão, aproximando-se, criando uma grande lacuna entre o discurso e a prática. O processo de desenvolvimento sustentável compreende um conceito importante, que diz respeito

às necessidades que são principalmente necessárias para a sobrevivência dos pobres (VEIGA,2009).

A entrevistada 5, corrobora com a preocupação da população negra:

resido no Morro do Vidigal, temos uma população de mais ou menos treze mil pessoas, quando acordo, consigo ver da minha janela a diferença, pois vejo Leblon, Gávea e São Conrado e do outro lado a Rocinha (ENTREVISTADA 5, 2021).

A entrevistada exemplifica, dizendo que “não são simples estatísticas são fatos reais”. Como o próprio entrevistado 1 reconhece:

[...] a ideia de que a população negra não teria nenhum tipo de problema; a concepção de que aqui não há distinção entre negros/as e brancos/as; a fantasia de que tanto negros/as quanto brancos/as possuem as mesmas oportunidades de ascender economicamente e muitos acreditam que estamos confortáveis com essas condições de vida (ENTREVISTADO 1, 2021).

Percebe-se, com as entrevistas 4 e 1, que o racismo estrutural no Brasil está para além de práticas individuais ou isoladas, toda esta realidade mostra que o racismo não foi rompido ao longo dos séculos, mas foi reeditado e manifestado hoje por meio de vários mecanismos, o que acentua as desigualdades existentes, uma vez que se naturaliza num meio social em que aglutina grande parte da população. A população negra está inserida em espaços precários de empregos, na informalidade e na linha de extrema pobreza.

Os maiores desafios talvez se concentrem no processo de materialização da sustentabilidade, ou seja, na transformação da filosofia e do discurso em ação e realização. O sonho de uma sociedade sustentável que integre e respeite as necessidades humanas e os limites da natureza, é não só desejável como necessário, mas, persiste o desafio de como torná-lo real. Nesse processo encontram-se os verdadeiros obstáculos e aparecem as grandes discordâncias sobre como construir um desenvolvimento multidimensional, que integre justiça social, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade e conhecimento integrador [...] (COSTA LIMA, 1997, p. 20);

Como destaca a entrevistada 6, “nunca pensei que conseguiria fazer uma pós em uma das melhores universidades de São Paulo que é a Universidade Federal de São Carlos”. Como afirma a entrevistada 5, “[...] a educação é apontada como um dos fatores que poderá impactar positivamente na constituição de uma sociedade menos racista”. Da mesma forma, o entrevistado 1 comenta que “a falta de acesso à

educação foi um fator predominante para ser criada a Ambiafro” (ENTREVISTADO 5, 2021).

Isso, segundo os entrevistados, reforça que mesmo passados mais de 120 anos (cento e vinte anos) após a abolição da escravatura, os reflexos desse período ainda vigoram. Com a ausência de políticas e de programas na perspectiva de universalizar a educação, a população negra ainda se encontra em desvantagem na esfera da alfabetização.

De acordo com os resultados desta pesquisa, constatou-se que a taxa de analfabetismo é maior entre a população negra com 9,1% do total, enquanto a população branca constitui 3,9% da população total (IBGE, 2019a). Sendo a educação um direito social fundamental, parece que o acesso a ela não é uniforme entre os brasileiros. Os afrodescendentes ainda têm dificuldades para concluir a série, o que sugere uma inserção precária no mercado de trabalho formal ou informal no futuro, o que tem impacto direto em suas condições materiais.

Diante do exposto, tais empreendimentos só serão possíveis se entendermos o racismo como fator estruturante e estrutural. Nesse sentido, além do problema, as soluções também serão estruturais. “O primeiro passo para a transformação social é ter o antirracismo como causa” (ENTREVISTADO 6, 2021).

As pessoas que vivem nessas favelas e comunidades são vítimas desse racismo e, em grande medida, são negras e pardas e são consideradas como ameaças para sociedade. Com isso, tais indivíduos sofrem com uma perseguição que ultrapassa a cor (PACHECO, 2018). A partir do apontamento do autor e, diante do contexto trazido pelos entrevistados, tratar do racismo ambiental e estrutural é algo relevante e necessário.

O destaque nas características tangíveis do empreendimento social Ambiafro foi para a área social, estrutural, ambiental. Mesmo este estudo não sendo quantitativo, vale destacar que, dos entrevistados, 100% apontaram que o apoio a educação e na conquista de um emprego para as minorias é fundamental e causa um impacto social, tanto na vida dos beneficiados como a de seus familiares. Como, por exemplo, o entrevistado 1: “eu não conheço nenhum empreendimento como a Ambiafro que seja constituída só por pessoas negras, com diferentes graduações, que são de diversas regiões do Brasil e que apoiem pessoas pardas, negras, indígenas” (ENTREVISTADO 1, 2021).

Em relação a esse ponto, verifica-se que empreendedores, não somente os sociais, têm responsabilidades com a sociedade e com o meio ambiente. Nesse sentido, observa-se nas falas dos entrevistados, indicando, de certa forma, o que é comentado pela entrevistada 6: “ambas as partes envolvidas são beneficiadas” (ENTREVISTADA 6, 2021). Essa fala vem ao encontro dos autores:

Uma transação é uma troca de valores entre duas ou mais partes: A dá X a B e recebe Y em troca” e “Em uma transferência, A dá X a B, mas não recebe nada em troca” (KOTLER e KELLER, 2006, p. 5). Em uma transferência, quem transfere espera algo simbólico em troca e não um valor monetário ou uma permuta, como é na transação. Transferências são comuns em subsídios, doações e presentes, em que os especialistas em captação de recursos oferecem, em troca, benefícios aos doadores como forma de gratidão (KOTLER e KELLER, 2006, p. 5).

Nota-se no empreendimento social Ambiafro que eles pensam na solução de problemas sociais e visam grupos em vez de mercados, isso mostra uma preocupação com o coletivo. Nesse sentido, as características e valores buscados, apresentados acima, indicam a presença de racismo ambiental e estrutural com a população menos favorecida e impactos socioambientais. No item a seguir, essa relação é examinada.

4.4 A RELAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COM RACISMO ESTRUTURAL E IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

Após examinar as práticas da Ambiafro, analisa-se a sua eficácia no combate ao racismo ambiental e estrutural e no fomento ao empreendedorismo social e de impacto. Finalmente, o empreendedorismo pode servir como uma ferramenta social para o diálogo, mudança e impacto positivo na sociedade.

O desequilíbrio entre a população rural e urbana causado pela falta de políticas públicas adequadas para o assentamento e sustento do homem no campo causou o êxodo rural. Isso gerou uma necessidade maior nas cidades: buscar alimentos, estabelecer e manter adequadamente os serviços públicos como água, saneamento, lixo, educação, saúde e transporte (MARTINE, 1987; VANDERLINDE, 2005).

Conhecidas as características dos empreendimentos, nesta etapa busca-se chegar ao propósito maior deste estudo: identificar como o impacto socioambiental se manifesta na concepção e na execução do empreendimento social Ambiafro.

Aos entrevistados foi solicitado, primeiramente, que discorressem sobre racismo ambiental. Como visto anteriormente, algumas características de racismo ambiental estão intimamente ligadas à exploração local e territorial, à degradação ambiental dos territórios ocupados, principalmente, por grupos racializados. Segundo Bullard, esse tipo de racismo:

refere-se a políticas, práticas ou diretrizes ambientais que afetam indivíduos, grupos ou comunidades de forma diferente ou adversa (intencionalmente ou não) devido à cor de sua pele ou raça e que podem ser aplicadas por instituições governamentais, legais, econômicas, políticas e militares (BULLARD, 2002, p. 2).

O racismo ambiental, segundo o entrevistado 1, é um conceito do movimento de justiça ambiental que surgiu dos conflitos civis contra os efeitos ambientais negativos, por um lado, crescimento econômico e, por outro lado, injustiças socioecológicas que afetam o meio ambiente, cultura, território, acesso aos recursos naturais de uma comunidade, pessoas ou de uma nação devido às diferenças étnicas, culturais, econômicas e raciais. Segundo o entrevistado, a Ambiafro é constituída por somente negros e isso é uma cultura da organização em razão de as minorias estarem expostas às discriminações.

Ele informa que as ações, que exploram a vulnerabilidade étnico-racial das comunidades negras, podem ser entendidas sob o conceito de racismo ambiental. Compreender esse fenômeno, que questiona a sobrevivência das comunidades negras, em particular dos indivíduos da Ambiafro, acaba sendo um objetivo desse empreendimento, “[...] pois o Estado, no entanto, parece estar vinculado a interesses privados, com um discurso de “progresso”, mas acentuam a desigualdade social e o racismo ambiental” (ENTREVISTADO 1, 2021).

Destaca-se, como bem observa o entrevistado 1, a questão de chamar de racista ambiental quem pratica esses atos, sejam públicos ou privados, mas que agridem o meio ambiente cultural e natural.

O racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos que aceitam a destruição ambiental e humana, a partir da luta pelo desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de certas populações atingidas: negros, indígenas, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres que sofrem os efeitos negativos do crescimento econômico e que são acusados de se sacrificarem em benefício de outros (HERCULANO, 2006, p. 11).

Outro ponto a relacionar é a questão do racismo estrutural que, mesmo em meio à pandemia, os corpos negros continuam a serem alvos de uma política de morte que, muitas vezes, vê como direito à legitimidade ou como único meio de defesa. Nesse sentido, é necessário reconhecer, compreender e minimizar desigualdades causadas pelo racismo estrutural. Parafraseando a ativista Ângela Davis, “em um país racista não basta que não sejamos racistas, é preciso desenvolver o antirracismo” (DAVIS, 2016, p. 53).

Conforme a entrevistada 2 “O Brasil não pode mais ser um país que só pensa em uma parte de seus habitantes” (ENTREVISTADO 2, 2021).

A permanência do racismo requer, em primeiro lugar, a criação e reforma de um imaginário social em que certas características biológicas ou práticas culturais estejam associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social corresponda naturalmente à identidade. atribuídas ou não a indivíduos, esta sociedade torna-se indiferente ao modo como determinados grupos raciais são privilegiados (ALMEIDA, 2019, p. 7).

A fala do entrevistado 2 vai ao encontro do comentado pela entrevistada 6 quando, ao falar do tema racismo estrutural diz “o racismo é visto como parte da sociedade e sua contenção requer mudanças profundas em todos os aspectos das relações humanas” (ENTREVISTADA 5, 2021). Com isso em mente, entende-se o racismo como um processo histórico e político que está arraigado em nossa sociedade.

Essas duas frases das entrevistadas dialogam com o que o autor Almeida (2018) cita sobre o racismo, que pode vir de duas fontes, às vezes, pode surgir devido à discriminação que pode resultar de um crime como insulto ou agressão física, como pode vir da propagação por meio do preconceito racial que surge da introjeção de valores racistas. Até pode-se fazer uma ponte com o que foi explicado inicialmente nessa monografia que o racismo estrutural é o responsável por boa parte das desigualdades raciais no Brasil.

Para fecharmos esse triângulo, outro ponto foi trazido na entrevista foi o impacto social. Uma das características que diferenciam empresas sociais das organizações sem fins lucrativos é o fato de utilizarem métodos de marketing para construir seus caminhos de rentabilidade financeira ao invés de focar em ações filantrópicas / doações de outras empresas. Outra visão que representa essa diferença é a motivação para iniciar essas empresas que nasceram com um objetivo claro em termos de comunidade, mercado e ambiente em que se inserem (BARKI, 2015).

A entrevistada 4 afirma que buscou entender a teoria de negócios sociais ou empreendimento de Impacto Social, pois, no início, por não ter a compreensão, fazia comparações com as outras atividades organizacionais, como o empreendedorismo convencional. Ao contrário o entrevistado 1, que já tinha o ganhador do prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus, como seu ídolo.

Yunus foi o precursor das experiências do *Grammen Bank* que é referência seminal em Negócios Sociais. Foi o primeiro banco no mundo especializado em microcrédito, visando a erradicar a pobreza, de tal forma que aponta que os negócios sociais possuem um grande potencial de expansão global, visto que a pobreza existe em grande escala em todo o mundo (YUNUS; MOINGEON; LEHMANN, 2012). Diante disso, empreendedorismo social reúne habilidades e traços como perseverança, planejamento, paixão e inovação e os utiliza para resolver alguns dos problemas mais difíceis da sociedade (KICKUL; LYONS, 2012).

Nesse sentido, a fala dos entrevistados 2 e 3 evidenciam que a Ambiafro é um empreendimento social que causa verdadeiro impacto social. Assim, afirmam os autores Cho (2006) e Brooks (2008) que para esse tipo de empreendedor o que, realmente, o conduz é a paixão pelos negócios e não necessariamente o lucro. Segundo Mair e Noboa (2006), esse empreendedorismo é, principalmente, voltado para uma missão ou propósito e não ao lucro.

Importante alertar que todas as dimensões foram observadas, ambiental, cultural, social. Todos os entrevistados afirmaram que a Ambiafro defende o caráter coletivo.

Sendo assim, para o alcance de uma sociedade justa e igualitária, é necessário estruturar novas bases de sociabilidade, bem como relações que não sejam mediadas pela desigualdade ou que deslegitimem práticas racistas. Portanto, reitera-se que, além das medidas de combate ao racismo, é necessário que o Estado esteja ciente de seus efeitos e compreenda como está contribuindo para sua disseminação.

É importante, também, que existam debates para compreender e absorver a realidade da população negra a partir de seus discursos, para que a partir destas compreensões, seja possível organizar a luta efetiva e real contra o racismo, de modo que o Estado atue em favor dessa população, para que a igualdade seja finalmente dada em seu formato material.

Outro ponto é o fato de que os empreendimentos sociais só serão possíveis se visualizarem o racismo como um fator estruturante da sociedade. Assim, o primeiro

passo para a transformação social é ter o antirracismo como uma causa. Na perspectiva dos entrevistados não haverá democracia enquanto houver racismo.

No entanto, o tema dos negócios de impacto sociais ainda é passível de debates, porém os resultados deste estudo mostram sua capacidade de desenvolvimento para a sociedade desfavorecida, relevante também é que se verificou que, cada vez mais, pessoas estão interessadas e empenhadas em ajudar e fazer parte de um empreendimento social que mostrou ser um grande potencial de desenvolvimento no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminhar desse trabalho, analisou-se e pesquisou-se questões que envolvem racismo estrutural, ambiental e empreendedorismo social. Para tal, foi necessário compreender o empreendedorismo como um todo e como ele se apresenta como agente de transformação. Como o tema de impacto social está aumentando nacional e internacionalmente, pressupõe-se que a pesquisa pode contribuir para um maior entendimento. As empresas de impacto social possuem diferentes formatos organizacionais (tipo de negócio), mas todas entendem a necessidade de reduzir a desigualdade social e proteger o meio ambiente com base em estratégias de mercado. Pressupõe-se que o trabalho tenha alcançado, pela sua natureza, o objetivo geral proposto, isto é, de analisar como as práticas e as ações do empreendedorismo social da Ambiafro promovem ou não o combate ao racismo ambiental e estrutural e, de acordo com os resultados alcançados, pode-se dizer que a investigação proposta atendeu também aos objetivos específicos.

Identificou-se as práticas do empreendedorismo social realizada pela Ambiafro, uma organização que realiza eventos, cursos, projetos e programas nas áreas de sustentabilidade, comunicação e cidadania. Destaca-se que, através de parcerias com empresas, atua também gerando empregos.

Foi possível caracterizar o público impactado pelas práticas e pelas ações do empreendedorismo social da Ambiafro, sendo esses indivíduos as minorias da sociedade, como as pessoas que residem em comunidades de alguns estados brasileiros. Ademais, compreendeu-se que o impacto social gerado pela Ambiafro favorece ao combate do racismo estrutural das pessoas, fazendo com que esses indivíduos consigam ser protagonistas de suas vidas, por meio da educação e do emprego. Destaca-se que os resultados apresentam um passo em frente, no sentido de mais informações geradas sobre o empreendedorismo social e o racismo estrutural.

Esta pesquisa não se resumiu em mapear somente a Ambiafro, mas foi além, principalmente com a metodologia para encontrar mais informações sobre racismo ambiental. O resultado parece indicar a necessidade promover mais conexões entre empreendedores sociais e as minorias com o objetivo de disseminar ajudas a esses indivíduos. Os empreendimentos sociais baseados no modelo de Yunus ainda são incipientes no país, mas é possível que tal modelo se expanda ao longo dos anos.

O resultado desse trabalho indica que o propósito dos negócios de impacto social brasileiros tem, de fato, a missão relacionada ao desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. Em termos de pesquisas futuras e, após o levantamento sobre o empreendimento social Ambiafro, negócios de impacto social no Brasil, sugere-se um olhar mais aprofundado, como, por exemplo, promover estudos de casos com organizações congêneres, tais como: Negócios Inclusivos; Negócios da Base da Pirâmide; Negócios de Impacto Social e Cooperativas, de tal forma que se possa alcançar uma compreensão aprofundada desses fenômenos sociais e econômicos.

De fato, são necessárias mais pesquisas que apresentem casos práticos de empreendimentos sociais no Brasil, a fim de melhor compreender forma de gestão desses negócios e, por consequência, obter estudos que contribuam na compreensão objetiva do impacto social econômico e ambiental dessas organizações. Esse tipo de informação é crucial para o desenvolvimento desse campo de estudo no Brasil, especialmente para gerar informações para os investidores que queiram apoiar por meio de recursos financeiros. Em última análise, acredita-se que esta pesquisa, ao coletar informações sobre esse tipo de negócio no país, ajudará a aprimorar o conhecimento empírico sobre negócios com impacto social.

Nesse sentido, as contribuições deste trabalho proporcionam subsídios a futuros pesquisadores da área para fortalecer e divulgar a temática de racismo ambiental e estrutural e empreendimento social, principalmente com o desenvolvimento de mais estudos de caso, ou seja, com o enriquecimento de conhecimentos práticos e teóricos neste tipo de organização.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. *In*: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. 160 p (qual o título da obra?)
- ACSERALD, Henri. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, jan/abr, 2014.
- ALIER, J. M.; JUSMET, J. R. **Economia ecológica y política ambiental**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALIER, Joan Martinez; WALDMAN, Maurício. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. Tradução Maurício Waldman. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** 1. ed. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** 2. ed. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ALVORD, S. H.; BROWN, D. L.; LETTS, C. W. Social entrepreneurship and societal transformation: An exploratory study. **Journal of Applied Behavioural Science**, Harvard University, v. 40, p. 260-282, 2004.
- ASHOKA. **The Big Idea**: Global Spread of Affordable Housing. [principal]. [S.l.], ASHOKA, 2012. Disponível em: www.fec.ashoka.org. Acesso em: 10 abr. 2021.
- AUGUSTO, L. G. S. *et al.* O contexto global e nacional frente aos desafios do acesso adequado à água para consumo humano. **Revista Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, jun. 2012.
- BAQUIT, Silvia Helena Carneiro. **A Análise Da Experiência De Negócios Da Cooperativa Pirambu Digital Em Fortaleza**. 2008. Dissertação de mestrado (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual do Ceará, 2008.
- BAQUIT, Silvia Helena Carneiro. **A Análise Da Experiência De Negócios Da Cooperativa Pirambu Digital Em Fortaleza**. [S.l.s;n]: 2008.
- BARRETO, L. P. **Educação para o Empreendedorismo**. Salvador: Escola de Administração de Empresa da Universidade Católica de Salvador, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, Avelino. **Teatro e Animação** - outros percursos do desenvolvimento sociocultural no Alto Alentej. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: Das Cruzadas ao Século XX. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOSCHEE, Jer. **O que é preciso para ser um empreendedor social?** Empreendedores Sociais. [S.l.s.n.], 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: 1981.

BRASIL. **Lei nº 10639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: 2003.

BRUM, A. M. **Respirando Endomarketing**. 3. ed. Porto Alegre: L&M, 2003.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. *In*: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. **Revista Eco 21**, [s.l.], v. 15, n. 98, 7 jan. 2005.

CAMARGO, S. H. C. R. V.; FARAH, O. E. **Gestão empreendedora e intraempreendedora**: estudos de casos brasileiros. Ribeirão Preto: Villimpress, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

CASSIOLATO, J; LASTRES, M; SOARES, M. Sistemas de Innovación para el Desarrollo Inclusivo: La Experiencia Latioamericana. **Foro Consultivo Científico y Tecnológico**, México, v. 1, p. 65-96, 2013.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. **O poder da identidade**, São Paulo, v. 1, 1999.

CORDEIRO, C. S; CAMPOS, P. O; SILVA, A. D. F. A educação empreendedora na dinâmica escolar a partir das experiências dos alunos de uma escola pública em Lajedo (PE). **Revista Eletrônica das Faculdades Integradas Viana Júnior**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 179-201, jul. dez. 2016.

DEES, J. G. **The meaning of “social entrepreneurship”**. [s.l.]: Stanford University, Draft report for the Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership, 1998.

DEES, J.G. Enterprising Nonprofits. **Harvard Business Review**, [s.l.], n. 1, p. 55-68, 1998.

DIAS, B.G.; MUNCK, L.; BANSI, A. C.; CELLA-DE-OLIVEIRA, F. A. Bases Compreensivas da Sustentabilidade Organizacional: a Proposição de uma Estrutura Conceitual (Framework). *In: Anais [...]*XIV Seminários em Administração, São Paulo, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, S.; CREMONEZZI, P. B.; CAVALARI, D. C. Territórios em movimento: caminhos e descaminhos da gestão social e ambiental. *In: Anais VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*, Belém, 2013. Belém, PA: ANPAD, 2013.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRUCKER, Peter. F. **O Gerente Eficaz**. São Paulo: Editora Zahar, 1974.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Business strategy and the environment. [S.l.s.n.], v. 11, n. 2, p. 130-141.

FARIA, V. E. Brasil: Compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social. Pobreza e Política Social. **Cadernos adenauer**, São Paulo, n. 1, 2000.

FIALHO, F. A. P. *et al.* **Empreendedorismo na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

FIELDS, Karen E.; FIELDS, Barbara Jeanne. **Racecraft**: the soul of inequality in American life. London: Verso, 2014.

FILION, L. J. **Empreendedorismo**: Ciência, Técnica e Arte. Brasília: CNI/IEL Nacional, 2000.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. [Apostila]. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 24, n. 4, p. 483-486, out/dez, 2004.

GARCIA, R. C. **Iniquidade Social no Brasil: Uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento**. [Texto de discussão]. Brasília, DF: IPEA, 2003

GIL, ANTONIO C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIMENEZ, F. A. P.; INÁCIO Jr. E.; SUNSIN, L. A. S. B. Uma Investigação Sobre a Tendência do Comportamento Empreendedor. *In*: SOUZA, E. C. L. (Org.). **Empreendedorismo. Competência essencial para pequenas e médias empresas**. Brasília: ANPROTEC, 2001, p. 9-24.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. *In*: CUNHA, Sandra B.; GUERRA, Antônio José T. (Org.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 81-105, 2009.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. *In*: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 43-71.

HERCULANO, Selene. Justiça ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma perspectiva comparada. *In*: MELLO, Marcelo Pereira de (Org.). **Justiça e sociedade: temas e perspectivas**. São Paulo: LTr, 2001.

HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

HOCKERTS, K. **Beyond the business case for corporate sustainability**. [s.l.s.n.], 2006.

HOGAN, D. J. **Dinâmica Demográfica e Poluição Ambiental**. São Paulo: NEPO-UNICAMP, 1992.

IEA. WBCSD. World Business Council for Sustainable Development. **Cement technology road map: Carbon emissions reductions up to 2050**, 2018. [S.l.]: IEA, 2018. Disponível em: <https://www.wbcsd.org/Sector-Projects/Cement-Sustainability-Initiative/News/Cement-technology-roadmap-shows-how-the-path-to-achieve-CO2-reductions-up-to-24-by-2050>. Acesso em: 19 jun. 2021.

IIZUKA, E. S. *et al.* Empreendedorismo social e negócios sociais: Revisão crítica e agenda de pesquisa. Seminários em administração da universidade de são Paulo, 17, 2014. São Paulo. *In*: **Anais [...]**, São Paulo: FEA-USP, 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desafios do Desenvolvimento**. [Relatório]. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA, 2021. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1448:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 30 abr. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2019**. [Relatório]. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

JONAS, Hans. **Le principe responsabilité**. Une éthique pour la civilisation technologique. Tradução de Jean Greisch. Paris: Champs essais, 1995.

KICKUL, J.; LYONS, S. T. **Understanding social entrepreneurship**: the relentless pursuit of mission in na ever changing world. New York: Routledge, 2012.

KLECHEN, C.F. *et al.* Empreendedorismo por necessidade e a economia informal: a realidade do shopping popular Tupinambás em Belo Horizonte. **Revista Multiface**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez. 2007.

LAHMERS, Gortner, A.; ZULAUF, C. R.F actors associated with academic time use and academic performance of college students: A recursive approach. **Journal of College Student Development**, v. 4, n. 5, p. 544–556, 2000.

LANG, J. **Gestão ambiental**: estudo das táticas de legitimação utilizadas nos relatórios da administração das empresas listadas no ISE. Dissertação de mestrado (Mestrado em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, 2009.

LASTRES, Helena M. M.; LEGEY, Liz-Rejane I.; ALBAGLI, Sarita. Indicadores da economia e sociedade da informação, conhecimento e aprendizado *In*: VIOTTI, Eduardo B.; MACEDO, Mariano M. (Ed.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 533-578.

LAVALLE, A. G. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [s.l.], v. 1, p. 75-93, 2011.

LAYRARGUES, Philippe P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**: evolução de um conceito?, 1997. São Paulo: [S.n.], 1997. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/393>. Acesso em: 4 jun. 2021.

LIMA, M.; RIOS, F.; FRANÇA, D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). *In*: MARCONDES, M. M. et al. (Org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. p. 160.

MACHADO, S. P.; PAES, K. D. Os desafios enfrentados pelas mulheres negras empreendedoras na cidade de Rio Grande. Congresso brasileiro de estudos organizacionais, v. 5, 2018, Curitiba. *In*: **Anais [...]**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/cbeo/anais2018/ARQUIVOS-resumos/GT1-208-100-20180518211421.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

MAIR, J.; NOBOA, E. Social Entrepreneurship: how intentions to create a social venture get formed. *In*: MAIR, J.; ROBINSON; HOCKERTS, K. (Org.). **Social Entrepreneurship**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p.121-135.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2012.

MCGEE, E. J. *et al.* **Entrepreneurial Self-Efficacy: Refining the Measure**. [S.l.]: Entrepreneurship Theory and Practice, 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Diretoria de Educação Ambiental. **Textos diversos**. Aprofundamento Referências Bibliográficas. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

MONTAGU, Ashley. **Man's most dangerous myth: the fallacy of race**. 5th ed. revised and enlarged. London, New York: Oxford University Press, 1974.

MOREIRA, José Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polém 2019.

MORRISON, Toni. **The origin of others**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2017.

MORT, G. S.; WEERAWARDENA, J.; CARNEGIE, K. Social Entrepreneurship: towards conceptualization. **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 76-88, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. [Palestra]. *In*: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, em 5 nov. 2003. Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

MURRAY, J. W. **Distribution and ecology of living benthic foraminiferids**. New York: Russak & Co., 1973.

NASCIMENTO, T. C. *et al.* A metodologia de Kristiansen e Indarti para identificar intenção empreendedora em estudantes de ensino superior: comparando resultados obtidos na Noruega, Indonésia e Alagoas. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 15, n. 3, p. 67- 86, jul./set. 2010.

OEA. **Registo de la Sociedad Civil**. [S.l.] OEA, 2021. Disponível em: http://www.oas.org/es/sre/dai/sociedad_civil/registro.shtml. Acesso em: 15 maio 2021.

ORSIOLLI, T. A. E; NOBRE, F. S. Estudo do empreendedorismo sob a ótica do desenvolvimento sustentável. **Revista De Empreendedorismo e Gestão De Pequenas Empresas**, [s.l.], v. 4, n. 3, p. 03–36, 2015.

- PACHECO, Ana Cláudia. **Gênero, Raça E Solidão Entre Mulheres Negras Em Salvador, Bahia, Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST69/Ana_Claudia_Lemos_Pacheco_69.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.
- PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo**: uma luta que transcende a cor. *In*: Anais do I Seminário Cearense contra o Racismo ambiental. Fortaleza: seminário Cearense de racismo ambiental, 2006.
- PAMPLONA, J. B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos**: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, Fapesp, 2001.
- PARENTE, Cristina. *et al.* Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho. Lisboa, 26 e 27 maio 2011. *In*: **Anais [...]**, Lisboa: [S.n.], 2011.
- PERES, F.; MOREIRA, J. C. **É veneno ou é remédio?** Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- PERRINI, F.; VURRO, C. Social Entrepreneurship: Innovation and Social Change Across Theory and Practice. *In*: MAIOR, J.; ROBINSON, J.; HOCKERTS, K. (Org.). **Social Entrepreneurship**. New York: Palgrave Macmillan, 2006, p 57-87.
- PINCHOT III, Gifford. **Intrapreneuring**. [S.l.]: Ed. Harbra, 1989.
- ROCHA, E. L. C.; FREITAS, A. A. F. Avaliação do Ensino de Empreendedorismo entre Estudantes Universitários por meio do Perfil Empreendedor. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 465 – 486, jul./ago, 2016.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. São Paulo: Atlas, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492572/>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- ROSOLEN, T.; TISCOSKI, G. P.; COMINI, G. M. Empreendedorismo social e negócios sociais: um estudo bibliométrico da publicação nacional e internacional. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 85-105, 2014.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia** - teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- SACHS, Ignacy, **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. [S.l.]: Ed. Garamond, 2006.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Pequena Empresa e unanimidade nacional**. [S.l.]: S-1 Editora Sebrae, 1996.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Diretrizes estratégicas para atuação do Sistema SEBRAE no mercado de negócios sociais**. [S.l.]: Sebrae, 2013.

SEYFERTH, G. Estudo sobre reelaboração da identidade étnica. *In*: P. SCOTT; ZARUR, G. (Org.), **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**, p. 147-183. Recife: Ed. Universitáda da UFP, 2003.

SHEPHERD, Dean A.; HISRICH, Robert D.; PETERS. **Empreendedorismo**. 9. ed. [S.l.]: AMGH Editora, 2014.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Direito e racismo ambiental na diáspora africana:promoção da justiça ambiental através do direito**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SOUZA, E. M. Processos de racialização: Inteligibilidade, Hibridade e Identidade Racial em Evidência. **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 17, n. 48, set./dez. 2017.

SOUZA, Marcelo Poça de. **Gestão de parcerias no Terceiro Setor: um estudo de caso sob a perspectiva das dimensões das parcerias de James E. Austin**. 2006. 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

VEIGA, J. E. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010.

VEIGA, José Eli da; ZATS, Lia. **Desenvolvimento sustentável**, que bicho é esse? Campinas: Autores Associados, 2008.

VERGA, E.; SOARES DA SILVA, L. F. Empreendedorismo: evolução histórica, definições e abordagens. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 3-30, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, 2011.

YIN, R. **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. 2. edição. California: Sage Publications, Thousand Oaks, 2003.

ZILLES, Fernanda. (Org.). **Pesquisa Mercadológica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO

Nome:

Idade:

Formação:

Situação laboral (Quanto tempo está na Ambiafro?, Área de atuação?)

- 1) Qual o público-alvo da Ambiafro?
- 2) De que forma Ambiafro traz benefício para os colaboradores?
- 3) Como é feito, o planejamento de incentivos e estímulo das pessoas que fazem parte da Organização?
- 4) Como vocês podem levá-la a lugares remotos, que o governo não atinge?
- 5) Qual o público-alvo da Ambiafro?
- 6) De que forma a Ambiafro traz benefícios para os colaboradores?
- 7) Como é feito, o planejamento de incentivos e estímulos das pessoas que fazem parte da Organização?
- 8) Como vocês podem levá-la a lugares remotos, que o governo não atinge?
- 9) Vocês têm parcerias no negócio, se poder, quais e como surgiu?
- 10) Quais as dificuldades enfrentadas no início até agora?
- 11) Quem ou qual a sua inspiração para fazer parte deste empreendimento?
- 12) Quais os benefícios que a Ambiafro tem para os seus colaboradores? E para os beneficiados?
- 13) Quais são as principais potencialidades e fraquezas da Ambiafro?
- 14) Como identificou que a Ambiafro seria um empreendimento viável tanto para si como para as pessoas da comunidade?